

MACHINA MUNDI



Fernando Cristóvão
(diretor)

II Série

n.º 5
(fevereiro de 2012)

CLEPUL

ISSN – 2182-169

www.clepul3machinamundi.org/



OS IUSIADAS DE L. DE CA.

Que lo nembrodo & bar baro Gigante,
Do Rei Saul, com causa tam temido,
Vendo o Pastor inerte estar diante,
So de pedras & esforço apercebido,
Com palouras soberbas o arrogante,
Despreza o fraco moço mal vestido:

Machina
Alcazar

Que está ajudado da alta fortaleza,
A quem o Inferno horrifico se rende,
Co ella o Castelhana, & com destreza,
De Marrocos o Rei comete & offende.
O Portugues que tudo estima em nada,
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,
Por cima dos arneses, brauo estrago,
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)
Hús Masamede, & os outros Sançliago,
Os feridos com grita o ceo ferião,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros meios mortos se afogauão,
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com

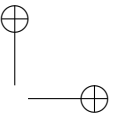
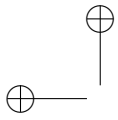


MACHINA MUNDI

II Série, n.º 5

fevereiro de 2012





Fernando Cristóvão
(diretor)

MACHINA MUNDI

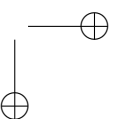
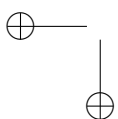
II Série

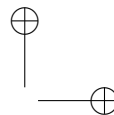
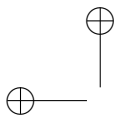
n.º 5

CLEPUL

Lisboa

2012





LUSO Sofia:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Machina Mundi*

II Série, n.º 5, fevereiro de 2012

Diretor: Fernando Cristóvão

Comissão Científica: Annabela Rita, Beata Cieszynska, José Eduardo Franco, Maria José Craveiro

Coordenação Técnica: Sofia Santos, Luís da Cunha Pinheiro e Maurício Ieiri

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

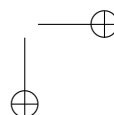
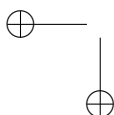
Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, fevereiro de 2012

ISSN – 2182-169

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

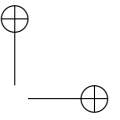




“Ves aqui a grande machina do Mundo,
Etherea e elemental que fabricada
Assi foi do saber alto, e profundo”

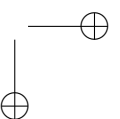
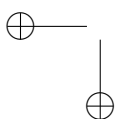
Luís Vaz de Camões, *Lusíadas*, Canto LXXX

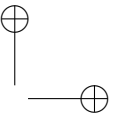
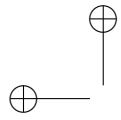




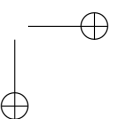
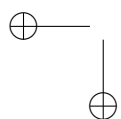
Índice

I EDITORIAL	7
Para tudo acabar na quarta-feira... Fevereiro	9
Resumo	11
II TEXTOS	13
“Chamaste-me piolhosa” vs. “dona feia, velha e sandia”: Formas de ofender nas cantigas de despique populares e cantigas de escárnio e maldizer eruditas	15
Antropofagia ritual e identidade cultural nas sociedades ameríndias: a representação do índio na Literatura Brasileira e Portuguesa do século XIX	21
As mulheres do Gungunhanha	29
As Constituições da Monarquia (1824) e da Primeira República (1891): Aproximações e Contrastes	35
III ENTREVISTA	41
Rui Zink	43
IV RECENSÕES CRÍTICAS	49
Fernando Alves Cristóvão (coord.), <i>Cadernos de Literatura de Viagens: Subsídios para o Estudo dos Índios das Américas</i> , n.º 2, Coimbra, Almedina, 2010. 217 pp.	51



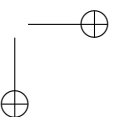
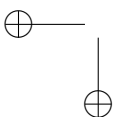


V POESIA	57
O ESPLENDOR DA AUSTERIDADE	59
VI EFEMÉRIDES	61
100 Anos sobre o nascimento de Manuel Laranjeira	63
200 Anos do nascimento de Charles Dickens	65
NRP Sagres: 50 anos ao serviço da Marinha	68
VII EVENTOS	71
Prémio Jorge de Sena 2010 atribuído à obra <i>Jorge de Sena. “Sinais de Fogo” como romance de formação</i> , da autoria de Jorge Vaz de Carvalho	73
E-book da Associação Portuguesa de Tradutores disponível para consulta	73
I Curso: Nação e Memória	74
2.º ciclo de conferências <i>Patrimónios de Influência Portuguesa</i>	74
Concerto de Carnaval da Orquestra Sinfónica da Guarda Nacional Republicana e da solista Ana Telles	74
Sessão de lançamento do livro <i>Tomás Pereira. Obras</i>	75
Oficina “Lisboa nas narrativas” – Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental	75
Curso “História dos Estuques Decorativos”	76
Conferência de Rui Zink sobre <i>Peregrinação</i> de Fernão Mendes Pinto	76
Sessão de lançamento do livro <i>Do Ultimato à(s) República(s)</i>	77
“A Ilha do Faial nas Comunicações Transatlânticas dos Finais do Século XIX até Meados do Século XX”	77
XIX Sessão do Círculo de Cipião “Economia e Cultura à luz dos novos desafios da globalização”	77
Curso Livre CLEPUL “Introdução à Espiritualidade Holística” por Rui Grácio das Neves	78
Conferência “O Brasil nos Arquivos Secretos do Vaticano”	78
Ucrânia e Portugal: 20 anos de Relações sócio-económico-culturais	78
Encontro Público <i>A Importância da Lusofonia</i>	79
A III Gala do Prémio Autor 2012	79
Colóquio sobre Bibliotecas Particulares: “Tratar, Estudar, Disponibilizar: um futuro para as Bibliotecas Particulares”	80





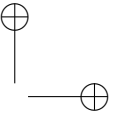
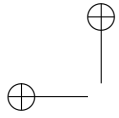
Apresentação da obra <i>Daniel Serrão – Aqui Diante de Mim</i> , de Henrique Manuel S. Pereira	80
I ^{as} Jornadas Doutorais em Estudos Culturais – Políticas Públicas da Cultura	80
VIII PUBLICAÇÕES DO CLEPUL	83
Sinopse de livros editados ou apoiados pelo CLEPUL	85
IX ARQUIVO DOCUMENTAL	89
Discurso de Dom Pedro I (3 de maio de 1823)	91





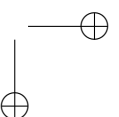
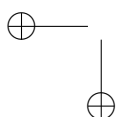
Parte I
EDITORIAL





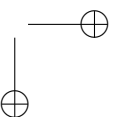
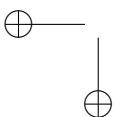
Para tudo acabar na quarta-feira... Fevereiro

O mês mais pequeno do ano, mas nem por isso o menos importante. Este ano (bissexto) cresce-lhe um dia para corrigir a diferença entre o calendário tradicional gregoriano de 365 dias e o tempo que a Terra demora a dar a volta ao Sol, 365 dias e 6 horas. Algumas correntes místicas advogam de que se trata de um mês auspicioso (o mesmo acontecerá com o ano), pois acertamos os nossos passos com a marcha da Terra no Cosmos, ano que garante equilíbrio e intuição... Fevereiro. Mês do Carnaval: “Quer no começo, quer no fundo, em fevereiro vem o Entrudo”. Época em que surge no cenário a crença daqueles que pensam que é lícito ‘enlouquecer’ em determinados dias, que é permitido que as pessoas saiam do seu quotidiano em nome da descontração, entrando em verdadeiros turbilhões dos sentidos... Sair do dia a dia, cair na folia, travestindo um mundo que se propõe às avessas... para findar uns dias depois... E que vemos por aqui? O que carregamos em fevereiro vai estar conosco durante todo o ano. Estamos a ser testados em relação a todos os nossos valores, sociais, éticos, culturais, estéticos. Há distinções profundas entre as inúmeras modulações de desequilíbrio que enfrenta a humanidade da nossa era. Há valores conformados, deformados, reformados, contornado... O que é preocupante é a maneira como reagimos a tudo isto. Há variáveis de um *modus vivendi* alarmante, que provoca uma sensação carnavalesca: a de que tudo parece estar fora do lugar. E quando se aproxima o ‘fim de festa’, chegamos à conclusão de que somos responsáveis, de uma forma ou de outra, pelo mundo que habitamos, com tudo o que mais nos fascina e no meio de tudo o que mais deploramos. Resta saber se, nestes tempos, esta alforria provisória pro-





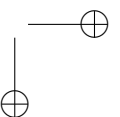
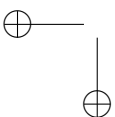
move o bem estar, a saúde, a vida, a alegria genuína? Com mais este número da *Machina Mundi* confirmamos a nossa postura, na busca infindável de um diálogo científico-cultural e na difusão permanente de textos via eletrónica, sempre acessível aos interessados, porque o mundo simplesmente não existe sem o dia de amanhã, exatamente como o dia de amanhã não existe sem o seu passado. Porque tudo (não) acaba na quarta-feira. . . E ainda vai demorar um ano até ao próximo Carnaval. . .





Resumo

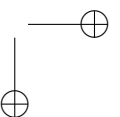
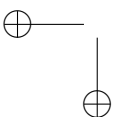
Neste número da *Machina Mundi*, o ecletismo cultural vem marcar mais vincadamente determinadas oposições éticas e estéticas, até mesmo dentro de uma mesma realidade identitária. Os quatro textos principais refletem como a diferença relativamente a um 'outro' foi a principal pedra de toque de um certo tipo de evolução histórica das ideias que permitiu, através do confronto e da polémica, abrir novos caminhos de conhecimento. Anamarija Marinović demonstra como na época medieval essas oposições, para além das teológico-filosóficas, se faziam sentir mais através da poesia trovadoresca, no modo como os poetas arquitetavam e ajustavam, por exemplo, os insultos às incompatibilidades poéticas e sociais com outro(s) seu(s) rival(ais). Se dentro de uma mesma cultura essas diferenças se manifestam vincadamente e transpiram pelos séculos fora, quando duas civilizações totalmente antagónicas se encontram as diferenças culturais ultrapassam os valores mais comuns, pervertendo a ordem moral, religiosa e social. É o que o segundo texto, de Carla Freitas, nos explicita, demonstrando como a antropofagia, apesar de uma prática inexistente ou tabu na cultura ocidental, foi, apesar de tudo, sendo absorvida pela literatura brasileira e portuguesa até começar a ser um tema mais naturalmente glosado no século XIX. De facto, a apropriação do 'outro', daquilo que é diferente constituiu sempre uma estratégia de diluição das diferenças para controlo e conforto daquele um possível desenquadramento perante essas oposições. Esse enfraquecimento das diferenças poder-se-á manifestar através da apropriação e/ou de uma permuta, ou, em caso último, através da

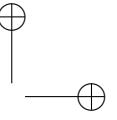
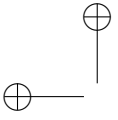




aniquilação do outro. Esse último estágio de antropofagia cultural como lhe chamaria Mário de Andrade é-nos problematizado no texto de Maria da Conceição Vilhena sobre as mulheres do Gungunhana, uma perspectiva diferente, a partir de um olhar feminino estrangeiro, acerca dessa mudança política e cultural de Moçambique e de Portugal aquando da captura por Mouzinho de Albuquerque do último imperador do Império de Gaza. Tendo em conta esta transitoriedade cronológica, a viragem do século foi uma época de grandes choques ideológicos que começaram a manifestar-se oficialmente no governo. O último texto aborda o modo como o Brasil se adaptou constitucionalmente à implantação da República, colocando em diálogo as aproximações e diferenças entre cada uma das ideologias. O Arquivo Documental deste mês suporta, precisamente, este momento da história brasileira reproduzindo integralmente o discurso de D. Pedro I na abertura da primeira Assembleia Constituinte.

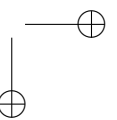
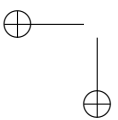
E porque o conhecimento não se estabelece e organiza sem polémica, destacamos neste número a entrevista ao autor e professor universitário Rui Zink, que nos perspetiva a sua relação só com a leitura mas também com os seus leitores, e a recensão crítica a uma das últimas obras de Fernando Cristóvão, *Cadernos de Literatura de Viagens: Subsídios para o Estudo dos Índios das Américas*, que abre toda uma nova leitura para a problemática filosófica, teológica e ideológica concernente ao contacto civilizacional com os ameríndios, contemplando ainda conceitos fundamentais como o de “guerra justa”, “liberdade” e “direito das gentes”.





Parte II

TEXTOS





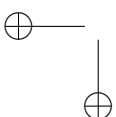


“Chamaste-me piolhosa” vs. “dona feia, velha e sandia”: Formas de ofender nas cantigas de despique populares e cantigas de escárnio e maldizer eruditas

Anamarija Marinović¹

Neste texto abordar-se-á um aspeto que as cantigas de despique populares e as cantigas de escárnio e maldizer têm em comum: a tendência de ofender e falar mal de determinadas pessoas e fenómenos. Analisar-se-ão as formas “fortes e feias” usadas na linguagem dos dois tipos de cantigas tendo em conta a sua origem no povo, no primeiro caso, e a sua autoria erudita e conhecida,

¹ Mestre em Língua e Cultura Portuguesa PLE/ PL2 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde atualmente está a frequentar o Doutoramento, preparando uma dissertação intitulada *Motivos de Beleza e Amor no Cancioneiro Popular Português e Sérvio*. Traduziu a obra *A Europa Descantada* de Eduardo Lourenço para sérvio. Participou em vários congressos, como por exemplo o das “Ordens e Congregações Religiosas em Portugal”, “A Europa das Nacionalidades”, e em diversas conferências sobre as culturas ibéricas e eslavas em contacto e comparação. As principais áreas de investigação são as literaturas comparadas, a literatura popular e o folclore e tópicos ibéricos e eslavos.

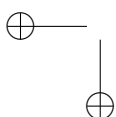




no segundo. Tentar-se-á explicar a eventual utilização de palavrões e termos rudes e obscenos, procurando-se observar a sua relação com o nível de educação das pessoas e ver-se-ão outros mecanismos de ofender sem se recorrer ao léxico ordinário, verificando-se que tanto as criações populares como as eruditas dominam bem a ironia, as palavras de sentido ambíguo, o humor e trocadilhos verbais, e desta forma a ofensa parece ainda mais bem-pensada e melhor direcionada.

Convém agora esclarecer um pouco a diferença entre as cantigas ao desafio e as cantigas de despique, muitas vezes analisadas e comparadas de acordo com os mesmos critérios. Nas cantigas ao desafio populares é importante salientar a sua estrutura dialogada e a participação de dois elementos opostos (a vida e a morte, a juventude e a velhice, o bem e o mal, a água e o vinho, a ciência e a poesia, o Inverno e o Verão ou então um rapaz e uma rapariga) tentando cada uma das partes salientar as suas qualidades e desvalorizar as características do outro. Tratando-se do rapaz e da rapariga, o resultado final das cantigas ao desafio é sempre o triunfo da rapariga, sendo ela sempre mais bela, mais capaz, mais inteligente, mais rápida a responder. Neste tipo de cantigas, mesmo que esteja presente a intenção de desprezar o outro, o que importa mais é a competição, o improviso e o repentismo e a arte de compor poemas, do que efetivamente a crítica e desvalorização em si.

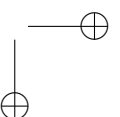
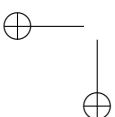
As cantigas de despique populares, porém, como o seu próprio nome indica, já implicam mais claramente a ofensa e a vingança, que estão particularmente visíveis nos despiques de namorados em que se salientam os defeitos do antigo amor e desta forma exprimem-se também os sentimentos de raiva, de descontentamento e de dor por se ter sido abandonado pela outra parte do casal. Em relação à estrutura destes poemas, não se nota o diálogo, mas o conteúdo da cantiga representa uma resposta a uma ofensa anteriormente feita e que é introduzida através do verso inicial “chamaste-me...”. No exemplo que se refere no título deste texto, a rapariga ofendida responde ao rapaz que ela não tem piolhos, e se por acaso se lhe encontra algum, foi ele quem lhos deixou na altura em que ainda dormiam juntos. Daqui resulta que o “piolhoso” de facto é o antigo namorado, a quem não se consegue perdoar a traição. Um caso parecido acontece com numerosas “trigueirinhas” das cantigas populares portuguesas que respondem ao seu pretendente que a sua cor mais morena se deve ao “pó da eira”, quando, na realidade, acontece que ela é bonita como uma “rosa da roseira”. Por vezes, na cantiga de despique o sujeito lírico apa-





rentemente critica a sua própria “cegueira”, para depois se ver que não consegue perceber como é que alguma vez podia ser tão cego para amar uma pessoa que não a merece. Em determinados casos critica-se o antigo amor pelos seus defeitos físicos, noutras cantigas salienta-se o seu mau gosto, o seu interesse pelo dinheiro pelo qual ele decidiu abandonar a sua namorada pobre e “ir à caça da riqueza” casando-se com uma rapariga de melhor condição social. Ao amante deixado pode chamar-se-lhe de “coitadinho” que dorme sozinho na cama porque ninguém o quer, enquanto a amada encontrou a sua nova felicidade e gaba-se disso dizendo “se bem estive, melhor estou”. As cantigas de despique dão também direito aos rapazes de se vingarem das suas antigas namoradas chamando-lhes de “maçã podre”, “fruta que cai no chão”, “rua cheia de ninguém”, ou respondendo-lhes com uma estrutura proverbial “não há caldo tão gordo que não se lhe veja o fundo”, ou com uma metáfora que designa a antiga querida como “pia de água benta em que todos metem a mão”. No caso masculino o que se ataca nas antigas amantes ou namoradas é o seu comportamento moral (demasiada disponibilidade para os outros homens, a vaidade, as poucas qualidades de dona de casa etc.), o que a desacreditava perante os eventuais futuros pretendentes e o que lhe impossibilitava um bom casamento, porque no contexto cultural medieval a reputação, a boa educação e a honra da rapariga eram extremamente importantes porque ela era sempre vista como uma potencial esposa e mãe de família, que devia ser honesta, recolhida, fiel e silenciosa, que aceitava o seu destino sem protestar. Uma vez manchada a sua honra, era muito difícil recuperá-la. Quando nas cantigas de despique se menciona algum palavrão, nomeadamente “puta”, esta palavra é usada de uma forma que quase passa despercebida, porque usada com a palavra “vida” primeiro parece um insulto dirigido à vida, para depois se ver que na realidade se trata de uma prostituta preferida do sujeito lírico do poema, passando ela a ser a “puta da minha vida”.

Neste momento, terminada a análise das cantigas populares de carácter ofensivo, observar-se-á que mecanismos de ofender e criticar são usados nas cantigas medievais eruditas, nomeadamente as de escárnio e maldizer. Em primeiro lugar, partir-se-á da diferenciação mais conhecida entre estes dois grupos de cantigas, sendo as primeiras sempre qualificadas como aquelas em que a crítica e a ofensa se dirigem de uma forma mais suave e indireta, detrás das “palavras cobertas” e de sentido ambíguo, e as últimas mais “venenosas” e “descobertas”. Nos dois tipos de cantigas, satiriza-se a criação literária e



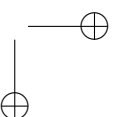
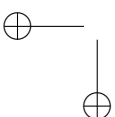
neste âmbito existem verdadeiras disputas entre dois trovadores ou entre um trovador e um jogral. Critica-se o estilo, a falta de léxico adequado, os temas mal abordados etc., e os poetas chamam-se uns os outros de “impertinente”, “coitado” ou “saco”, podendo com a última palavra entender-se uma alusão à gordura do trovador, ou aludir-se ao carácter demasiado popular e comercial da sua poesia, tendo-se em conta o verso com o qual começam várias quadras populares: “tenho um saco de cantigas”.

As cantigas de escárnio e maldizer ironizam e criticam determinados comportamentos morais e fenómenos sociais, sendo o seu alvo principal os representantes de várias camadas sociais ou categorias profissionais (amas de leite, soldadeiras, clérigos, viajantes etc.). Nestas cantigas caricaturam-se os seus hábitos sexuais, a corrupção, demasiado amor pelo dinheiro, a gula e outros defeitos que foram mal vistos na sociedade. Nas cantigas de maldizer menciona-se diretamente o nome da pessoa de quem se fala, podendo ele ser muito genérico (Martim Soares, Maria Garcia) como podem indicar uma pessoa concreta (Lourenço jogral). Finalmente, quando se trata dos defeitos físicos, que por sua vez são reflexo da corrupção moral, o alvo da crítica feroz são as mulheres. Elas são o “polo oposto” das damas idealizadas que inspiraram muitas cantigas de amor. De baixa condição social, sem muita instrução, de mau comportamento moral. Começa-se, no entanto, pelos mesmos mecanismos usados na lírica amorosa, não deixando a protagonista da cantiga de ser “minha senhor” ou “dona” ou “donzela”, para nos versos que se seguem o “louvor” que lhe é feito ser um verdadeiro escárnio, sendo ela chamada abertamente de “gorda”, “velha”, “feia”, “sandia”, “velosa come can”, “negra come carvon”. Os seus cabelos de doirados passam a ser brancos, o rosto de repente começa a ganhar rugas, os olhos perdem o seu brilho, os dentes passam a ser podres e irregulares, a sua boca começa a cheirar mal, parodiando-se por completo o modelo estereotipado da dama perfeita, encarnação da beleza física e virtudes morais. As “qualidades” que nela se criticam enquanto fisicamente feia são a promiscuidade, a vaidade, a preguiça e outras pelas quais se assemelham às namoradas deixadas das cantigas de despique populares. Quando os criticados e ridicularizados são os homens, ataca-se a sua velhice, incapacidade de exercer o ato sexual, a sua pouca virilidade, que são de facto as áreas em que o homem medieval era mais vulnerável. Para estes efeitos, e sobretudo nas cantigas de maldizer, utiliza-se a terminologia explícita do campo semântico ligado ao sexo e a determinadas partes do corpo que podem relacionar-se



com a obscenidade. Diferentemente das cantigas de despique populares, as cantigas eruditas de escárnio e maldizer abundam em linguagem rude e por vezes ordinária, o que à primeira vista contraria as expectativas de serem as pessoas do povo – que não tinham acesso à escolaridade institucionalizada – as mais vulgares. A linguagem ordinária nas cantigas de maldizer faz parte do seu estilo e estrutura, embora haja autores como o rei Afonso X o Sábio, ou Estêvão da Guarda, que, mesmo usando este vocabulário, tinham mais cuidado com ele e deixavam-no mais “oculto” nas suas cantigas.

Concluindo, a comparação entre as cantigas de despique populares e cantigas de escárnio e maldizer eruditas, vê-se que nelas existem tendências parecidas, as de criticar e ridicularizar outra pessoa, de formas mais ou menos suaves, mais ou menos abertas, sendo nos dois géneros poéticos a mais feroz a crítica dos defeitos físicos masculinos e femininos, nomeadamente dos antigos amantes, dando-se claramente a saber o desprezo e a repugnância que atualmente se sentem por eles.







Antropofagia ritual e identidade cultural nas sociedades ameríndias: a representação do índio na Literatura Brasileira e Portuguesa do século XIX

Carla Baptista Freitas²

A reflexão sobre (o ‘Outro’) o mundo e os outros povos com os quais contactamos, como um processo sem o qual não podíamos refletir sobre o ‘Eu’, tão imprescindível para o conhecimento de si próprio, como também para a construção de um ‘Nós’, remete-nos para a tomada de consciência das

² Mestre em Estudos Interculturais – Estudos Luso-Brasileiros na Universidade da Madeira. Licenciada em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Jornalista, formada pelo CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Lecciona a disciplina de História e integra o Grupo de Investigação 3 (Literatura Brasileira e Cultura) do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) / Pólo UMa. Tem vindo a desenvolver estudos na área da História, da Literatura Brasileira, bem como na Antropologia na área Lusófona, encontrando-se, neste momento, a trabalhar no projecto de Doutoramento em Estudos Interculturais. Para além da actividade de docente e investigadora, exerceu cargos de responsabilidade em áreas que vão desde o Jornalismo, o Voluntariado, à gestão de Recursos Humanos e Turismo.



semelhanças e diferenças, identificações e estranhamentos, aproximações e distâncias entre o Velho e o Novo Mundo, ou seja, entre o homem do mundo ocidental, de tradição de base greco-latina e judaica-cristã, e o índio nu, que vem ao encontro dos primeiros europeus, esse ‘Outro’ que não tem uma “verdadeira” religião, do ponto de vista cristão, que é pagão, antropófago, de raça mestiça e inferior.

Através das notícias da antropofagia, uma prática existente entre alguns povos Ameríndios, encetámos a experiência do ‘Outro’. É a partir de “testemunhos antropofágicos” – os jesuítas foram dos primeiros, na correspondência que trocavam, a manifestar muitas vezes o risco de serem comidos –, que se dá conta da existência de antropófagos no Novo Mundo. Importa, porém, referir que as notícias da antropofagia vêm de mais longe, ou seja, desde os tempos da pré-história.

Ao analisarmos os testemunhos dos viajantes, nos quais se dá conta da primeira percepção dos índios, da emoção da novidade e da procura de entendimento, dificultados, em 1500, pela estranheza da língua, devemos considerar Pero Vaz de Caminha, que regista em diário, de 22 de abril a 10 de maio de 1500, uma progressiva descoberta dos homens e das mulheres de Porto Seguro, os missionários Azpilcueta Navarro, Manuel da Nóbrega, Rui Pereira, os exploradores, como André Thevet, e também o frade franciscano, Claude D’Abbeville, o padre capuchinho, Jean de Léry, José de Anchieta e Hans Staden.

A *Carta* de Caminha é um bom exemplo da literatura de viagens, que embora com alguns antecedentes medievais, surge na Europa nos finais do século XV e desenvolve-se no século XVI, com o aparecimento de novas realidades, a descoberta de novos territórios, como o encontro com novas gentes, raças e línguas. De teor quer informativo, como a de Caminha, quer propagandístico ou catequético, do qual Manuel da Nóbrega, Anchieta e Fernão Cardim são exemplo, quer descritivo como o dos viajantes estrangeiros, como Thevet, Lery ou Staden, os seus textos ajudam a criar simpatia pela terra e fixam o deslumbramento europeu por uma terra que pode ser facilmente explorada.

Se a constituição física dos homens encontrados no Novo Mundo, somada à sua beleza e aparente inocente nudez, e carácter dócil e imitativo impressionaram, de forma positiva, os primeiros viajantes e exploradores, Colombo primeiro e depois Caminha, levando-os a acreditar que estavam perante um paraíso na terra – muito antes do estabelecimento da teoria do “Bom Selva-



gem”, de Rousseau – a imagem posterior, mais realista e factual, de impressão etnográfica, vai desconstruir esta ideia. O índio nu que vem ao encontro dos primeiros europeus, o “Bom Selvagem”, depressa vai passar a ‘Outro’, que não conhece a verdadeira religião, que é “pagão” e canibal.

O crescimento demográfico e a concentração populacional que se verificaram no litoral brasileiro conduziram ao esgotamento da caça, o que provocou acentuadas carências de proteínas, que, por sua vez, levaram à adoção de um certo canibalismo, o canibalismo alimentar. Para determinados grupos tribais, como os caribes, aruaques, jês e outros, a consciência do valor nutritivo da carne humana e da violência de tal prática ou costume estimulava o apetite do homem por carne de outro homem, enquanto a antropofagia ritual, que ocorria entre os tupis, tratava-se de uma prática nobre, movida pelo desejo de vingança, uma vingança de sangue que era também o principal motivo das próprias expedições guerreiras.

Do estranhamento com que Caminha e os companheiros de viagem inauguraram este relacionamento, passamos para momentos posteriores nos quais as narrativas que dão conta da vida depois deste período de descoberta e enamoramento apresentam uma espécie de humanidade infernal, representada pelos ameríndios, povoada pelo mau selvagem, pelo Diabo. As dificuldades da evangelização, acrescidas dos problemas da colonização, vão criar uma imagem do Índio que já não aparece integrado na visão edénica da terra, mas submetido a um olhar marcado pelo realismo de quem tem de conviver diretamente com o índio.

Pelas sugestões teóricas da bibliografia julgada pertinente e pela análise das obras dos autores atrás referidos, várias linhas de força ou dinâmicas confluíram para um entendimento mais aprofundado de questões não raras vezes tratadas fora do contexto ou ‘distorcidas’ por preconceitos, como o etnocentrismo e a exterioridade, causa do estranhamento e da diferença com que nos deparamos. A abertura ao ‘Outro’ surgiu, antropologicamente falando, sobretudo do lado dos ameríndios, na medida em que pelo que nos é dado a observar, enquanto os indígenas eram movidos pela curiosidade natural, os brancos teriam, a par de um olhar de deslumbramento, um olhar de posse: material, sobre a terra, espiritual e civilizacional, sobre os homens.

De facto, são vários os discursos sobre os índios no século XVI, nos quais se procuram estabelecer diferenças e semelhanças. A ideia de que estes seres sem fé, sem lei, sem rei, sem riqueza ou pobreza, corresponderia a um natural



estado puro que fascinou filósofos e inspirou utopias, encontrou os primeiros obstáculos nas observações menos idílicas dos jesuítas, que conviviam de perto com os indígenas, referindo o seu estado inferior de desenvolvimento e contribuindo, desta forma, para a desmontagem do mito do “Bom Selvagem”. Nesta confluência de sentimentos, o índio que o europeu encontra e com quem vai aprender a conviver vai ocupar um lugar na História, e antes de se tornar raiz da história nacional, vai despertar diferentes paixões nos corações inflamados dos intelectuais do “Século das Luzes”.

No século XIX, o panorama muda. Da literatura de viagens, no qual o real é filtrado pela carga sentimental do sujeito, o índio – até então ainda não entendido como parte essencial da história das origens, o ‘Outro’ da literatura de viagens e das crônicas europeias – começa a fazer a sua incursão, a sua estreia, no romantismo brasileiro, como parte da própria história, como símbolo da brasilidade, de mãos dadas com a natureza exótica e deslumbrante dos trópicos, no qual a figura da índia é comparada com Eva, como a fundadora deste Novo Mundo: autores como Gonçalves Dias, José de Alencar e Bernardo Guimarães contribuíram decisivamente para a criação desta imagem literária.

Na viagem literária da antropofagia, encontramos um índio que é retratado como um “habitante oriundo da terra, apaixonado pela liberdade e rebelde”, que se vai tornando “o emblema da libertação e do nacionalismo autóctones”. Após a independência do Brasil (1822), verificamos que os caminhos da afirmação nacional e a construção da identidade brasileira passavam por glorificar um passado que colocava ao lado do explorador português o heróico indígena, resultando do encontro das duas raças o brasileiro, daí a necessária exaltação da figura mítica do Índio.

Esta necessidade de afirmação nacional dá-se no contexto, no século XIX – século da independência política do Brasil –, do surgimento da literatura romântica, que focalizada na procura de uma certa ‘originalidade étnica e cultural’, acabou por dar um importante contributo para a construção da ‘identidade nacional’, ou seja, para a afirmação do país como nação. Na construção literária e cultural da imagem do índio como herói pátrio e elemento parental da identidade brasileira, a tarefa mais difícil para estes autores foi a necessidade de lidar com a questão da antropofagia dos indígenas, considerada sinónimo de um estágio pré-civilizacional, praticada por selvagens e seres ainda muito alheios ao processo da civilização e da História. Lévi-Strauss vai chamar a



atenção para este facto quando escreve sobre a não aceitação da existência de uma cultura específica no ‘Outro’, atitude ou comportamento que está enraizado no homem desde sempre e que acaba por conduzir a uma recusa das formas morais, religiosas, sociais e estéticas diversas.

Ao tratarmos as imagens literárias, e sendo aqui, uma vez mais, a antropofagia parte integrante e estruturante da construção estética e mítica do índio, o caminho percorrido foi sendo alvo de avanços e recuos. As tentativas anteriores em tratar o índio artisticamente no interior da matéria literária foram marcadas, no entanto, por uma certa artificialidade, como em Basílio da Gama e Santa Rita Durão, em cujos textos o índio tem um discurso e possui sentimentos e tomadas de posições marcadamente europeias. O mesmo se passou com a tentativa de introdução programática do indianismo como tema privilegiado de uma literatura nacional, por Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. O índio de Gonçalves Dias transpira sentimentos, para além de ser indígena e de ser nativista, é sobretudo um ser social e humano, que chora, de tristeza e de alegria, que ama e é amado, que sofre e que perdoa. Gonçalves Dias é um dos primeiros autores a recuperar as tradições nativas e a figura do índio, através da publicação de um dicionário tupi e deixando aos leitores uma ‘rica poesia índia’, com alguns textos líricos. Todavia, foi José Alencar, com *Iracema* (1857) e o *Guarani* (1865), que fez do ‘índio’ idealizado o ícone da nacionalidade.

Encontramos em Gonçalves Dias, José de Alencar e Bernardo Guimarães um esforço de releitura e análise dos documentos deixados pelos exploradores, viajantes e missionários, adotando, cada um deles, uma atitude moderna de recusa do etnocentrismo, para melhor entender e compreender a antropofagia e demonstrar que os índios são detentores de uma civilização e História próprias, com valores, costumes e crenças que escaparam ao entendimento de quem primeiro os encontrou, alheios aos conteúdos semióticos dos códigos culturais. Por isso, na redescoberta do índio através da revisão e releitura dos textos históricos, cartas e literatura de viagem, os escritores recriam a imagem do nativo, considerando que o ‘Outro’, o índio americano, é digno, com a sua antropofagia, altamente ritualizada, de ser a génese da nação moderna que é o Brasil. De fora, fica o negro, escravo.

As práticas antropofágicas dos ameríndios colocam a Alencar a mais difícil questão relacionada com os indígenas. Para poder fazer compreender e aceitar ao leitor esta particular faceta da cultura ameríndia, Alencar começa



por estabelecer a ideia de que “o que se olha e como se julga depende do sujeito da observação e da sociedade em que está inserido”, ou seja, seria inadequado tomar posições baseadas apenas na visão de homens civilizados sem antes tentar “compreender causas e motivações dos outros, de culturas diversas e, por isso, com hábitos e comportamentos estranhos ao *modus vivendi* próprio”. Alencar liberta-se, assim, de qualquer preconceito social ou religioso, e remete o facto do ameríndio comer o corpo do inimigo a uma forma de comunhão entre todos, em que a carne do inimigo seria partilhada, como a hóstia sagrada, o corpo de Deus para os cristãos, estabelecendo-se aqui, de uma forma analógica, uma relação entre o sacrifício de Jesus e o sacrifício do índio, a partilha da própria vida e corpo, que passará a viver através da comunhão em todos os homens para a sua salvação, por um lado, partilha do corpo sacrificado para a garantia de força da tribo, por outro.

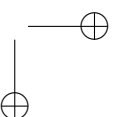
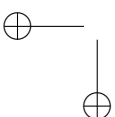
Com Alencar, prolongamos o estado do encantamento e admiração pelos índios de Caminha, o sentimento de orgulho nessa natureza exótica que através da literatura, onde a História e o mito se cruzam, encontramos elogios arrebatadores que nos despertam para sensações profundas, determinantes para o projeto alencariano: a construção do ‘índio’, do homem brasileiro, esse ‘Outro’ que não será senão uma parte do ‘Eu’. De facto, Alencar fundamenta a pureza do Índio recorrendo à explicação dos ritos de guerra, definindo as classes de guerreiros, as razões da antropofagia, justificando costumes, esclarecendo razões de uma ética diversa da cristã. Este mosaico de elementos sociais ou culturais que interagem e que se interpenetram de uma forma recíproca – construindo a mestiçagem – constitui um aspeto fulcral para o olhar romântico que Alencar, por exemplo em *Iracema*, esboça sobre o Índio, cuja imagem é bastante positiva, fazendo-o emergir como elemento referencial para pensar a identidade brasileira. Esta valorização do índio não depende sequer da sua associação aos colonizadores portugueses, porque a sua história começou antes da chegada destes, como se demonstra em *Ubirajara*.

O índio de Bernardo Guimarães segue a mesma linha. Encontramos em *O Ermitão do Muquém* um índio que descende diretamente dos textos de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, ou seja, um índio corajoso, ingénuo e capaz de fazer sacrifícios pelo amor à terra e às suas gentes. O índio antropófago, promíscuo e violento, de que dá conta Manuel da Nóbrega nas suas cartas vai povoar a escrita dos europeus e vai fazer a diferença entre os autores brasileiros e portugueses. Em Pinheiro Chagas, de facto, não assistimos a qualquer



esforço de conhecimento ou entendimento do selvagem americano, sendo tratada principalmente a política de evangelização e de atuação da Companhia de Jesus. O índio de Chagas aparece como ser inferior, inserido num espaço diverso do português e que habita terras além-mar, longínquas e exóticas, nas quais a antropofagia é uma prática que causa um enorme impacto no pensamento e modo de estar dos homens que habitam a metrópole.

Hoje, o Brasil apresenta-se como uma nação mestiça, criada a partir do cruzamento de três “raças” – a índia, a branca e a negra –, ou seja, de acordo com um modelo harmonioso (hoje, olhado cada vez mais com desconfiança e ceticismo), idealizado e idealista. Este modelo e imagem, que possibilitou a integração do indígena na origem da nacionalidade brasileira, dependeu da atuação dos escritores que fizeram do índio sujeito de tratamento estético e objeto de uma revisão da figura de selvagem, com as suas práticas e códigos culturais, para criar ou recriar a de um protagonista do Brasil histórico e social contemporâneo.







As mulheres do Gungunhana

Maria da Conceição Vilhena³

No primeiro quartel do século XIX, nas terras do sul de Moçambique, entre os rios Incomati e Zambeze, Gungunhana impunha-se como o maior potentado africano. Era o senhor do reino de Gaza, tinha mais de uma centena de vassalos e possuía uma enorme riqueza, constituída por ouro, marfim e rebanhos de gado. O seu prestígio político e social vinha-lhe ainda do facto de possuir entre 200 a 300 esposas: 40 viviam junto da corte e as restantes habitavam nas aldeias circunvizinhas.

A aquisição de novas esposas fazia-se a um ritmo quase bimensal; e cada casamento era sempre causa de maior engrandecimento, por permitir novas alianças e atrair grande número de presentes. Era uma grande honra ter o régulo de Gaza como genro e protetor.

Seria demasiado longo falarmos da vida que levavam estas mulheres, em geral; por isso nos limitaremos às sete que acompanharam o marido no exílio.

No dia 28 de dezembro de 1895, após algumas tentativas de negociações e a derrota de Coolela, seguida do incêndio do Manjacaze, a capital de Gaza, Gungunhana foi feito prisioneiro em Chaimite, por Mousinho de Albuquerque. O oficial português deu então ordem ao régulo para que escolhesse sete de entre as suas mulheres, que o acompanhariam no seu incerto destino. Foram

³ Professora Catedrática da Universidade dos Açores.



elas: Namatuco, Patihina, Muzamussi, Machacha, Xesipe e Dabondi. Feitas as suas poucas bagagens, lá seguiram os prisioneiros a pé, durante algumas horas, até chegarem a Zimacase, na foz do Chengane. Aí embarcam na canhoeira Capelo, que os estava esperando e os transporta até Chai-Chai.

A propósito deste embarque, queremos lembrar que, na cultura angue, havia um tabu proibitivo de entrar na água e comer peixe. Os prisioneiros devem, pois, ter sido invadidos pelo horror de viajar de barco, o que irá repetir-se, por várias vezes, até ao fim da deportação.

Com os onze prisioneiros do Manjacaze (Gungunhana, o filho Godide, o tio Molungo, o cozinheiro Gó e as sete mulheres), embarcam também o régulo da Zixaxa e três mulheres deste, cuja sorte iria ser igual à dos outros.

Em Chai-Chai, na foz do Limpopo, passam então para o navio Neves Ferreira, que os transporta até Lourenço Marques, onde chegam no dia 4 de Janeiro. Aí desembarcam e são mantidos na cadeia homens e mulheres, até serem levados para bordo do África, após o seu reconhecimento oficial, feito em público.

Neste navio África fariam uma viagem de 60 dias, até Lisboa.

As condições a bordo deviam ser péssimas, pois Gungunhana e seus companheiros, num total de 15 pessoas, ocupavam apenas dois compartimentos pequenos, escuros e mal arejados. Por razões de segurança, aí ficavam fechados à chave, sempre que o barco fazia escala em qualquer porto. E foi o enjoo, a asfixia, a imobilidade, a juntar à angústia da dúvida sobre o futuro que os esperava. Os jornalistas falam mesmo da tentativa de suicídio por parte de uma das mulheres. . .

Na manhã do dia 13 de março de 1896, desembarcam em Lisboa e são conduzidos em caleches descobertas, do Arsenal até ao forte de Monsanto. Lisboa em festa, a abarrotar de multidões ruidosas. O público, apinhado pelas ruas, empoleirado em postes, debruçado das janelas, aos magotes, como enxame, ri, grita, vaia, eufórico. Dentro das carruagens, os prisioneiros olham temerosos e embaraçados; eles com ar estupefacto, perplexo; elas apontando, curiosas e divertidas. Nunca tinham visto casas tão altas, com varandas, ruas calcetadas, praças com fontes e estátuas. E tanta gente alegre, a observá-las, durante todo o percurso. As mulheres africanas parecem bem dispostas.

Do Terreiro do Paço seguiu o cortejo pela rua do Ouro, Avenida da Liberdade, S. Sebastião da Pedreira, Sete Rios, Benfica, rumo a Monsanto. Por todo o lado, em todo o percurso, era aquela mole imensa de gente, às gar-



galhadas e a insultar. Porém, o desconhecimento da língua portuguesa dava às prisioneiras a vantagem de não compreenderem o ódio e a ironia da arraia miúda e assim, na sua inocência, poderem continuar a sorrir.

Era o dia 13, uma sexta-feira de céu cinzento. Se os africanos tivessem as mesmas superstições que os brancos, tanto bastaria para que os maus presságios agudizassem ainda mais a angústia que os atormentava.

A tarde aproxima-se do seu fim, quando chegam ao forte de Monsanto. São seis horas, e em março, o sol esconde-se. As instalações onde são recebidas nada têm de semelhante àquelas casas que, na Baixa, as haviam deslumbrado. Passada a ponte levadiça, entram numa masmorra, onde a escuridão era quase total. As mulheres estão agora assustadas e o terror estampa-se-lhes no rosto. O quarto que lhes haviam destinado encontrava-se seis metros abaixo da superfície. Espaço escuro, bafiento, mal cheiroso, húmido e frio. Suspiravam amedrontadas e foi necessário tranquilizá-las; mas continuaram a tremer de frio e talvez também de medo. Assim as encontrou o médico encarregado de examinar o seu estado de saúde.

São-lhes mostradas as camas e explicam-lhes como são utilizadas. Até então haviam dormido no chão, sobre esteiras. Convencidas finalmente de que não lhes iria acontecer mal, ao entrarem nas camas riram ruidosamente.

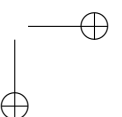
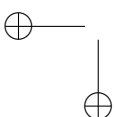
Nesta fortaleza de Monsanto iriam ficar encerradas durante quatro meses, aproximadamente. Gente habituada a viver ao ar livre, em contacto com a natureza e em constante movimento vê-se agora privada da largueza dos seus espaços e da quentura do seu clima; imóveis e geladas entre quatro paredes do calabouço, num entorpecimento do corpo e do espírito. Detestam a comida portuguesa e queixam-se constantemente de frio.

Entretanto aprendem a utilizar talheres e passam a usar vestuário europeu.

Como passavam o tempo essas mulheres prisioneiras?

Grande parte do seu dia era ocupado a pentearem-se, pois usavam um penteado artístico, alto, entre o cónico e o cilíndrico, que constituía um dos distintivos traços das *mulheres grandes* do Gungunhana. As mulheres pequenas, ou seja, as rainhas de segunda classe, não tinham o direito de usar esse tipo de penteado. Quanto à favorita, tinha outra ocupação, pois cabia-lhe o dever de manter sempre brilhante a coroa de cera que o marido usava e que era tecida no próprio cabelo.

Além disso, dedicavam-se ao artesanato, fazendo pulseiras e colares de missanga, artisticamente trabalhados.



As prisioneiras mostravam aos visitantes os seus trabalhos em missangas, com cores variadas e caprichosos desenhos. Estes apreciavam, elogiavam-lhes a arte, sorriam.

Mas um dia acabaram-se as visitas, por o ministério as ter proibido. E então foi a solidão total, Tensão, crises de mau humor, cólera, emoções descontroladas, transgredindo assim a contenção imposta pela disciplina militar. O recluso tem de obedecer, mas os nervos começam a dar sinais de fadiga. Há gritos e ameaças, intervenção das forças da ordem. As mulheres choram, os homens são punidos.

Era muito difícil para um rei déspota e violento como o Gungunhana, a renúncia calma ao prestígio de que gozara e a aceitação submissa do vencedor português. Cada vez mais angustiado e atormentado pelo receio da condenação à morte, Gungunhana atinge o limiar das suas forças. Adoece gravemente e tem de ser hospitalizado. A sua partida para o hospital impressionou de tal modo as rainhas, que estas quase deixaram de comer. Algumas delas adoeceram mesmo e o médico chegou a propor o seu internamento. No dia em que o marido regressou recuperado, foi grande a alegria das esposas, traduzida em carícias, gargalhadas e gritos de prazer que entoaram pelas celas.

Apesar das visitas simpáticas que haviam recebido, a sociedade lisboeta havia-as rejeitado, escandalizada com a poligamia. Para acabar com o pecado, as autoridades haviam decidido separá-las do marido.

Segundo contam os jornalistas, foi muito dolorosa a separação, nesse dia 22 de junho, pelas 7 da noite. Eles a tremer, de lágrimas nos olhos, convencidos de que iam ser mortos. Elas sem quererem separar-se deles, chorando, gritando, lamentando-se.

Esquecidas pela multidão que antes rodeava o forte, abandonadas aparentemente pelas autoridades, a solidão destas mulheres tornou-se insuportável. Tiraram-lhes os seus companheiros; e ali ficam sozinhas, de 22 de junho a 6 de julho.

Finalmente vem do Ministério a decisão: despachá-las para a ilha de S. Tomé.

Pelas 5 horas da manhã do dia 6 de julho recebem então ordem para se vestir e partir. O sofrimento que deixam transparecer é tão grande que os próprios jornalistas se sentem comovidos e revoltados: “pobres expatriadas” que pareciam nem ter forças para se vestir. Ninguém para se despedir delas. À



chegada, estavam as ruas cheias de gente, havia movimento e alegria; agora, à partida, é o desconsolador abandono total.

Transportam-nas até ao arsenal e embarcam-nas no paquete S. Tomé. Já no beliche, impressionam por um silêncio desolador.

Umás estendidas, de olhos fechados, como se dormissem; outras acocoradas e lacrimosas, olhando os circunstantes com pavor; duas recusavam-se a mostrar o rosto. Debilitadas pelo entorpecimento de quatro meses, dilaceradas pelo martírio da dúvida, refugiavam-se num mutismo impregnado de horror, receio e solidão.

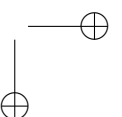
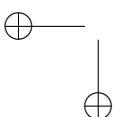
A separação dos régulos africanos das suas esposas, e o envio destas para S. Tomé, parece ter sido a resposta a uma campanha de moralização, levada a cabo por um grupo de senhoras de bem, revoltadas contra a poligamia dos negros.

Referem alguns jornalistas que se tentou convencer o Gungunhana à monogamia. Como a moral portuguesa só admitia, publicamente, uma mulher, o régulo teria de escolher uma entre as sete e repudiar seis; o que, para estas seria uma humilhação insuportável. Gungunhana amava-as todas igualmente; e não sabia nem quis escolher uma, pois cometeria para com as outras uma afronta que ele nunca se permitiria. Por isso foi firme e enérgico, coerente com os seus princípios. Tendo-se recusado a escolher uma, a separação foi inevitável. Bem pediu o régulo, bem suplicou, mas de nada lhe serviu.

Jornais houve que protestaram contra esta decisão, provendo para Gungunhana uma lenta agonia, minado de uma saudade e tristeza que lhe encurtaria os dias; o que realmente se deu.

Nada, porém, abalou as cúpulas; e as suas ordens foram integralmente cumpridas.

E lá partem para S. Tomé, sozinhas, vazias de sonho, sem ninguém que lhes acene com o lenço da amizade; lá seguem pela imensidão de um mar revoltado, sem ninguém que lhes estenda a mão da solidariedade, sem ninguém que lhes dirija um gesto de compreensão. Passados doze dias de náusea e imobilidade, as mulheres chegam a S. Tomé e são entregues ao governador da ilha. E aí ficam durante 15 anos; até que, em 1910, após a implantação da República, são repatriadas. Porém, o reino de casa já não existia e nem Manjacaze, sua capital. Gungunhana faleceu nos Açores, em 1906, e toda a família se dispersara, assustada.







As Constituições da Monarquia (1824) e da Primeira República (1891): Aproximações e Contrastes

Tânia Pêgo⁴

Desde o seu descobrimento, em 1500, o Brasil passou por três regimes distintos: o Colonial, o Imperial e o Monárquico. Enquanto colônia, período mais longo (durou 315 anos), mais controlado, mas nem por isso menos tumultuoso ou reivindicativo de toda a sua história, o Brasil não possuía autonomia política, gravitando em torno dos desígnios e caprichos dos reis portugueses e sendo espoliado de todas as suas riquezas naturais. Os seus movimentos nativistas, como a Guerra dos Mascates, e também os emancipacionistas, como a Inconfidência Mineira, foram sempre sufocados, mas nem por isso esquecidos ou abandonados.

A chegada da família imperial portuguesa, em 1808, que se fez acompanhar pela sua numerosa corte, trouxe ao Brasil o progresso tão ambicionado

⁴ Licenciada, no Brasil, em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, lecionou em escolas públicas e privadas e foi assessora do Pólo de Treinamento de Professores para os CIEPs (Centro Integrado de Educação Popular). Em Portugal, tirou o mestrado em Literaturas Românicas e atualmente trabalha como Investigadora Auxiliar do Grupo de Investigação 3 do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)



pelos naturais (forma como eram designados os nascidos na colónia), a começar pela introdução da tipografia. A elevação do Brasil, em 1815, à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves não esmoreceu as antigas ambições emancipacionistas dos colonos. Facto é que, um ano após o retorno de D. João VI a Portugal, o seu filho D. Pedro de Alcântara, Príncipe Regente, proclama a Independência, em 1822, quebrando os elos com a Metrópole e tornando-se o primeiro Imperador do Brasil: D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal).

É então chegada a altura de se instalar uma Assembleia Constituinte, formada em maio de 1823 por 80 deputados de 14 Províncias, para a elaboração, segundo as indicações estabelecidas por D. Pedro I⁵, daquela que seria a Primeira Constituição do Império do Brasil. As reuniões não foram pacíficas. As polémicas divergências entre os liberais, que defendiam a limitação do poder do Imperador e uma maior autonomia das Províncias, e os conservadores, que pretendiam a centralização política na figura do Imperador, culminaram na dissolução da Assembleia em novembro do mesmo ano, por ordem de D. Pedro I, que mandou prender e exilar vários deputados.

Para resolver o impasse que se impôs e tentar apaziguar os ânimos da população, D. Pedro I escolhe um grupo de dez cidadãos da sua confiança, pertencentes ao Partido Português, e encarrega-os de redigir a primeira *Constituição Política do Império do Brasil*⁶, que foi outorgada a 25 de março de 1824, e que assegurou um Governo Monárquico Hereditário, Constitucional e Representativo, dividido em quatro poderes: Moderador (representado pela pessoa do Imperador), Legislativo (dividido entre o Senado – cargo vitalício ao qual só se poderiam candidatar homens com altas rendas – e a Câmara dos Deputados – eletiva e temporária), Executivo (composta pelos Ministros de Estado, nomeados e chefiados pelo Imperador) e Judicial (formado por juizes – cargo perpétuo – e tribunais, cujos magistrados eram escolhidos pelo Imperador). A religião Católica Apostólica Romana foi estabelecida como a Império, sendo permitido ao povo cultivar outro tipo de religião desde que esta fosse praticada em recinto doméstico e não exteriorizasse qualquer forma ou símbolo da mesma.

Segundo a Constituição de 1824, o Império do Brasil assentava na asso-

⁵ Pode-se ler o discurso de D. Pedro I na secção “Arquivo Documental”.

⁶ Pode ser lida na íntegra no site:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm



ciação dos cidadãos brasileiros e não na das Províncias (futuros Estados na República).

TITULO 1º

Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia.

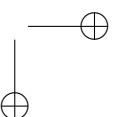
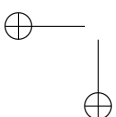
Assim, eram os brasileiros que sustentavam o pilar da nova Nação. Mas quem eram eles? A quem era concedido esse direito? Quem unia a terra em torno de um só governante, o Imperador? A Constituição de 1824 definia, no título abaixo transcrito, aqueles que podiam auferir desse direito.

TITULO 2º

Dos Cidadãos Brasileiros

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Províncias, onde habitavam, adheriram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.



V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização.

Art. 7. Perde os Direitos de Cidadão Brasileiro

I. O que se naturalisar em paiz estrangeiro.

II. O que sem licença do Imperador aceitar Emprego, Pensão, ou Condecoração de qualquer Governo Estrangeiro.

III. O que for banido por Sentença.

Art. 8. Suspende-se o exercicio dos Direitos Politicos

I. Por incapacidade physica, ou moral.

II. Por Sentença condemnatoria a prisão, ou degredo, enquanto durarem os seus effeitos.

Embora o sentido de Nação envolvesse os cidadãos de cada Província, estes não tinham autonomia política para eleger o seu Presidente e o Conselho Geral. Esta era uma atribuição exclusiva do Imperador, como também a nomeação dos senadores, dos magistrados e dos ministros de estado. Os príncipes da Casa Imperial tinham, por direito de nascimento, lugar cativo no Senado, órgão encarregado de fazer chegar ao Imperador as leis sobre as quais este tinha o poder decisório de aprovação ou recusa.

Dáí podemos concluir que a Constituição Política do Império do Brasil protegia um governo absolutista, oculto pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em que a pessoa do Imperador era inviolável e sagrada, não podendo ser sujeito a qualquer responsabilidade.

Esta Constituição só foi revogada dois anos após a Proclamação da República, em 1891, sendo substituída pela *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*⁷, inspirada na Constituição dos Estados Unidos, e que adotou um regime livre, democrático e representativo dos seus Estados.

Embora mantendo alguns pontos em comum com a Constituição do Império, como a possibilidade das antigas províncias, agora denominadas Estado, terem o poder de “incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados”, o Congresso Nacional, antiga Assembleia Geral, composta por dois ramos: a Câmara dos Deputados e o

⁷ Pode ser lida na íntegra no site:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm



Senado, ou ainda manter os mesmos critérios para determinar a quem é atribuído o direito de ser considerado cidadão brasileiro, a nova constituição alterou alguns pontos significativos, sendo o primeiro, naturalmente, a extinção do Poder Moderador, uma vez que já não existia um Imperador, à qual se prende também a mudança de designação da Nação de Império do Brasil para República dos Estados Unidos do Brasil.

Entretanto os outros três poderes criados por D. Pedro I, Executivo, Legislativo e Judiciário, foram conservados, embora a nomeação e funções dos seus membros tenham sofrido reformas por vezes profundas, como o levantamento de muitas das restrições e de condicionantes das suas candidaturas e a duração de seus mandatos ou a sua eleição por voto direto do povo, mas não secreto, ou seja, os votantes deviam assinar os boletins de voto. A sanção das leis, que na Constituição do Império era atribuição do Imperador, passa para as mãos do Presidente da República, chefe do poder Executivo, visto que o novo regime de governo escolhido foi o presidencialismo, também com eleições diretas e mandato de quatro anos.

Outra das mais notáveis alterações prende-se com o facto da unidade do país, enquanto república, estar pautada não nos cidadãos mas sim na unificação dos Estados. Também merecem destaque na nova Constituição a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de culto, o reconhecimento exclusivo do Estado do casamento civil, registos de nascimento e óbito e a criação de cemitérios públicos, que durante o Império eram obrigações da Igreja. É ainda de se observar uma maior incidência nos direitos dos cidadãos, assim como a abolição do recrutamento militar obrigatório e das penas de galés, de morte e de banimento judicial.

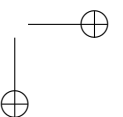
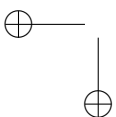
Apesar de ter sido baseada na Constituição dos Estados Unidos da América, mais liberal, as alterações na nova Constituição só não foram maiores devido a pressões por parte dos representantes das oligarquias latifundiárias. Citando o professor de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Gustavo Ferreira Santos, “Na República, a administração do Estado se faz baseada

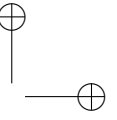
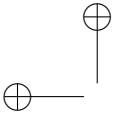




em um compromisso formal entre os governantes e o povo, fundamentado no poder.”⁸

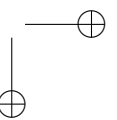
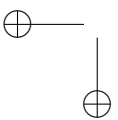
⁸ “A Constituição da Primeira República Brasileira”, in *História Constitucional* (revista eletrónica), n.º 4, 2003.





Parte III

ENTREVISTA







Rui Zink



O seu nome representa já, neste momento, como diria David Mourão Ferreira a propósito do Marquês de Sade, um farol de utilidade pública. O cargo de professor universitário não o impediu de, até agora, emitir as suas opiniões com a única responsabilidade do respeito pela palavra, pela literatura, pelos seus leitores. Tendo sido o impulsionador do curso de escrita criativa em Portugal, Rui Zink tem perpetrado, entre o público, a delicada tarefa de criticar parodicamente a realidade portuguesa mas sempre com seriedade e elegância. Anamarija Marinović, colaboradora da *Machina Mundi*, encontrou o autor na Feira do Livro de Belgrado, que ocorreu em Outubro de 2011.

Obras: *Hotel Lusitano* (1987); *Apocalipse Nau* (1996); *A Espera* (1998); *O Bicho da Escrita* (2004); *O Suplente* (1999); *Literatura Gráfica? Banda Desenhada Portuguesa Contemporânea* (tese de Doutoramento – 1999); *Os Surfistas* (2001); *O Humor de Bolso de José Vilhena* (tese de Mestrado – 2001); o conto *A Realidade Agora a Cores* (1988); o conto *Homens-Aranhas* (1994); *O Bebê que... Não Gostava de Televisão* e *O Bebê que... Não Sabia Quem Era* (livros infantis) (2002); *José Vilhena* (2002); *Vésperas de Natal* (antologia para a qual contribuiu com um conto)





(2002); *Major Alverca* (2003); *Os Fugitivos* (libreto, apresentado, em 2004, no Teatro Trindade); *O Anibaleitor* (2006); *A Palavra Mágica* (2005); o romance *Dávida Divina* (2005).

Na 6ª Feira Internacional do Livro em Belgrado foi apresentado o seu romance A Dávida Divina traduzido para sérvio. Com uma certa distância temporal, o que é nos pode dizer sobre esse livro?

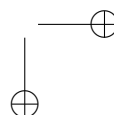
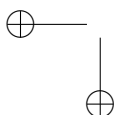
Eu diria que é um policial metafísico. A história de um homem sem escrúpulos que, depois de ser morto, ressuscitar, se apaixonar por uma mulher 200 anos mais velha e contrair sida, se torna melhor pessoa. (E sim, por esta ordem.) Estou convencido de que, se estas quatro coisas nos acontecessem ao menos uma vez na vida a todos, seríamos mais felizes.

Esse romance é uma procura ou uma negação de Deus? Porquê?

Negar Deus é inútil e desinteressante. Afirmar a sua existência também. Acho que são duas falsas questões, que só podem levar a falsas respostas. A verdade é, receio, muito mais simples: Deus existe por causa dos humanos e, se calhar, a humanidade existe por causa de Deus. Que direito teria eu de negar uma entidade em quem tanta gente acredita? Com uma ressalva: não acredito que nenhum líder espiritual tenha um *smartphone* melhor que os outros para entender a centelha divina. Deus é um assunto íntimo. O meu gosta de brincar e não se ofende com as nossas palavras, apenas com os nossos actos.

Esteve pela primeira vez em Belgrado, tendo estado antes em Zagreb. Quais são as suas impressões sobre as duas cidades e as duas feiras do livro que visitou?

Se este artigo for publicado só em Belgrado, poderei dizer (como bom profissional) que gostei mais de Belgrado. Mas a resposta mais cautelosa será dizer que as duas feiras que conheço – Pula e Belgrado – são completamente diferentes e encantadoras à sua maneira. Pula tem o charme das coisas íntimas





e fofinhas. Belgrado é a maior feira nacional que já vi, é fantástica e poderosa e cheia de gente que ama o livro.

Na sua obra são frequentes as recorrências ao humor e à ironia. Qual é a razão disso?

Humor e ironia são instrumentos excelentes para ver o mundo. Como disse o grande escritor israelita Amos Oz, não há fanáticos com humor. Atenção: humor e ironia não são necessariamente riso. As hienas riem e não têm humor. Os ditadores e os rufiões [*bullies*] riem, quando maltratam alguém, mas isso não é humor. O humor e a ironia são desmontagem do lugar-comum, do preconceito, da ideia feita. Ajudam a ver a realidade. E estão sempre do lado do mais fraco. O riso do mais forte não é humor, nunca. O humor é uma dança do espírito, e os brutamontes podem rir mas não sabem dançar.

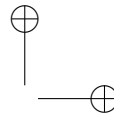
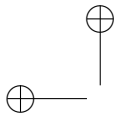
Como é que a banda desenhada se conjuga com a escrita literária e como é que lhe surgiu o interesse pela criação deste género?

Não sou dos que pensam que a palavra perde qualidades quando copula com a imagem. A vida é para ser “conspurada”, não para ser casta e pura, feita virgem nazi. Escrita é escrita. E jogo. Para o meu as balizas são: o poder das palavras para agarrar o mundo e, já agora, arranhá-lo um pouco. Gosto de pensar que tenho garras retrácteis, como os gatos.

Tirou o seu Mestrado na área da literatura popular. Considera que a literatura popular representa o regresso às tradições, ao mais genuíno e mais puro que cada povo tem na sua cultura, ou é apenas uma literatura ligeira que hoje em dia é um pouco esquecida e posta de lado?

Penso as duas coisas. Alguma vai à raiz de um povo. A diferença, hoje académica, entre festa (participada) e espectáculo (simulacro de participação). Porque fui bem educado, sinto-me mais à vontade numa taberna que numa





discoteca. E continuo a acreditar que uma avó com humor tem mais para me contar que uma adolescente aos pulos num palco.

O Rui também é tradutor. Sendo o tradutor uma espécie de segundo autor do livro sobre o qual trabalha, quais são as suas responsabilidades e liberdades?

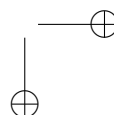
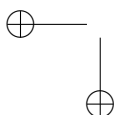
Se o livro a traduzir é mau, nenhuma. Apenas o desespero de estar a contribuir para mais lixo. Se o livro é bom, há dois deveres: servir o texto de partida e servir a língua de chegada. Nem sempre é possível conciliar. Em caso de conflito entre a forma e o espírito, escolho o espírito, porque ele é mais importante que a forma do texto. Como costume dizer à minha mulher quando me apanha em flagrante, às vezes trair é a melhor forma de ser fiel.

O Rui disse uma vez que “a moral do livro” é quando o autor dá o seu melhor. Qual é a sua opinião sobre a moral e moralidade dos livros hoje em dia?

Há muitos bons escritores a fazerem um trabalho extraordinário. Infelizmente é difícil distingui-los no meio de um mar de lixo. Gostaria de dizer que a culpa é dos americanos. Mas não, é nossa, de todos os que trabalham na indústria e no tornámos cúmplices da *macdonaldização* do livro.

O seu último livro é O Amante é Sempre o Último a Saber. Apresente-nos um pouco esse romance.

É uma espécie de Madame Butterfly ao contrário. Uma história de amor entre duas pessoas com idade para terem juízo. É também a história do reen-





contro entre uma mãe e um filho, e do encontro entre um pai e uma filha. E passa-se no Japão, terra que os portugueses amam e conhecem desde 1543.

O Rui ganhou muitos prémios e distinções. Qual é a responsabilidade de um autor tão reconhecido perante os seus leitores?

Absolutamente nenhuma.

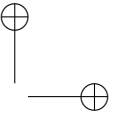
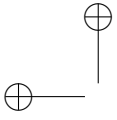
Qual seria a sua mensagem para as pessoas que este ano visitaram a feira do livro em Belgrado e o que desejaria transmitir aos leitores da revista Machina Mundi?

Parabéns pela vossa energia, simpatia, bonomia. Já era simpatizante, agora virei fã da feira do livro de Belgrado. E senti-me tão à vontade e bem vindo como espero vocês se sintam (tenho a certeza que sim) quando um dia vierem Portugal. Quanto à *Machina Mundi*, parabéns pela sua criatividade e boa vontade e desejo de investigarem.

Entrevista realizada por:
Anamarija Marinović

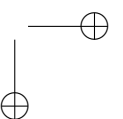
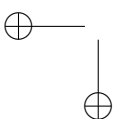




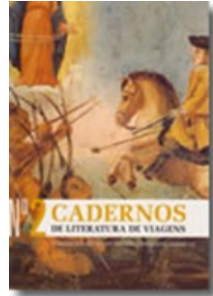


Parte IV

RECENSÕES CRÍTICAS







Fernando Cristóvão, *Cadernos de Literatura de Viagens: Subsídios para o Estudo dos Índios das Américas*, n.º 2, Coimbra, Almedina, 2010. 217 pp.

ISBN – 978-972-40-4359-3

O segundo volume da coleção CADERNOS de Literatura de Viagens (tendo sido o primeiro volume dedicado ao acervo bibliográfico da literatura de viagens da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra) vem abrir, pela primeira vez, uma porta inestimável no estudo sobre as questões políticas, judiciais, morais e sociais concernentes aos índios das Américas, tendo como pano de fundo as consequências do confronto cultural entre duas civilizações opostas. Para além da questão específica sobre o modo como o ocidente contactou com as populações indígenas e vice-versa, os conceitos e temas relacionados com a problemática dos índios (como “guerra justa”, “legitimidade” / ilegitimidade das conquistas”, “direito das gentes”, “liberdade”)

foram problematizados a partir de uma perspetiva historicamente evolutiva, expondo o modo como foram sendo debatidos e tratados ao longo dos séculos. As visões de S. Tomás de Aquino sobre a “guerra justa”, bem como a problematização do conceito durante toda a Idade Média e Idade Moderna, as decisões régias acerca da legitimidade e ilegitimidade da conquista geográfica, cultural e política das terras indígenas, as leis basilares administrativas das terras, o acolhimento (ou estranhamento) cultural que determinadas práticas provocavam nos intelectuais e nos religiosos que contactavam com essa nova terra e novas gentes, todos esses temas são fundamentados com textos de



apoio e documentação original, tratados com a preocupação de reorganizar e datar historicamente os factos, justificar as decisões, esclarecer as diferentes perspetivas que, até hoje, se mantiveram próximas ou não ao desenrolar dos acontecimentos e, finalmente e sobretudo, desencadear novas teses e estudos acerca das problemáticas discreateadas e afloradas.

Dividindo-se em duas partes, o CADERNO apresenta-nos uma coesão sistematicamente organizada entre textos teóricos que contextualizam a problemática teológica e jurídica do índio e uma antologia de leituras recomendadas da mais importante documentação original sobre essas questões, constituindo uma recolha de assinalável importância que autentifica não só as teses desenvolvidas na primeira parte como também convida o leitor a interpretar evolutivamente os factos que diante de si se expõem, do ponto de vista teológico, pontifício, régio e cultural. A primeira parte, que desenvolve a problemática d'“O Índio das Américas como problema da Colonização Ibérica”, divide-se em cinco textos teóricos. O primeiro, “Legitimação/ilegitimidade teológica e jurídica das ‘conquistas’ na América Espanhola: a questão dos índios”, pelo Professor Fernando Cristóvão, consiste numa introdução geral e resumida da evolução ideológica da documentação apresentada, perspetivando a possibilidade de confronto e controvérsia dos pronunciamentos críticos e do cumprimento ou não das variadas prerrogati-

vas e leis. “As questões jurídicas sobre os índios do Brasil”, abordadas por Maria Adelina Amorim e José Maria Mendes, traçam uma panorâmica completa acerca do contacto civilizacional, comercial e jurídico entre a cultura europeia e ameríndia, colocando em diálogo as perspetivas régias e jurídicas – do ponto de vista de uma análise evolutiva do processo de estruturação administrativa –, pontifícias e teológicas, destacando, neste último ponto, as intervenções de Frei Cristóvão de Lisboa e do Padre António Vieira, ou a decisão perentória de Bento XVI em favor do desmantelamento dos abusos e da definitiva libertação dos índios. “A revelação do Brasil à Europa: *Uma Festa Brasileira em Rouen*” introduz a segunda parte dos textos de apoio, dedicada à perscrutação das perspetivas ideológica e cultural dos literatos acerca da estranheza e fascínio pela cultura ameríndia. Este pequeno estudo procura confrontar duas visões distintas da cultura indígena, a do século XVI e a do século XIX, através de um manuscrito seiscentista inédito, *Une fête brésilienne célébré à Rouen en 1550 suivie d'un fragment du XVIème siècle roulant sur la Theologie des anciens peuples du Brésil et des poesies en langue Iupique de Christovam Valente*, publicado em 1851 pela mão de Ferdinand Denis, viajante e escritor francês que é hoje considerado parte importante da história da literatura romântica brasileira e cujos estudos apaixonados (também dedicados aos aspetos particulares da literatura popular portu-

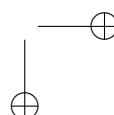
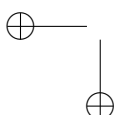


guesa) desencadearam um dos mais importantes e característicos movimentos culturais brasileiros, o tropicalismo. O texto que encerra a secção dos textos de apoio, “*Muhuraida: entre a fé a lei, pela pacificação dos índios*”, centra-se numa obra surgida no século XVIII, século chave no despontar e desenvoltura da literatura brasileira que começava a surgir com os poetas árcades e pré-românticos: *Muhuraida ou O Triunfo da Fé na bem fundada Esperança da inteira Convergção, e reconciliação da grande, e feróz Nação do Gentio Muhúra*, da autoria de Henrique João Wilkens, um militar português que prestou serviço na Amazónia. Este texto foi um dos primeiros poemas celebrativos do índio como representante do património cultural brasileiro e, consequentemente, o herói nacional.

A separar a primeira e a segunda parte, este volume dos CADERNOS publica ainda uma série de gravuras inéditas, do acervo da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, relativas à recepção europeia do imaginário da cultura indígena, entre os séculos XVII e XVIII.

A segunda parte dos subsídios, constituído por leituras recomendadas, está dividida em quatro secções: textos teológicos e pontifícios; textos régios; textos de religiosos e de outras personalidades; e controvérsias. Cada uma destas secções reúne documentação cronologicamente organizada de modo a que o leitor possa interpretar da sua maneira as questões relativas ao processo cultural e filosófico que o índio sofreu ao

longo dos séculos. Na primeira secção de textos das leituras recomendadas, excertos de obras e bulas são reproduzidas de forma a traçar um percurso relativamente à liberdade do índio, desde a legitimação da guerra justa (São Tomás de Aquino na *Summa Theologica* (1265-1274)), as conquistas e subjugação (Nicolau V com as bulas *Dum Diversas* (1452) e *Romanus Pontifex* (1454)), até aos primeiros escritos acerca da liberdade dos índios (bula *Sublimis Deus* (1537), de Paulo III, e o breve *Commissum Nobis* (1639) do Papa Urbano VIII), até meados do século XVIII, com o despontar de uma consciência nacional brasileira mais vincada, de que a bula *Imensa Pastorum* de Bento XIV (1748), é exemplo. Na segunda secção, dedicada aos textos régios e administrativos, destaca-se uma das raríssimas reproduções da primeira lei portuguesa contra a escravatura dos índios (20 de março de 1570), a lei de D. Sebastião, difícil de encontrar, mesmo em obras canónicas como a de Serafim Leite. Esta foi, de facto, a lei base por que se regeram as futuras leis que limitavam os abusos dos colonos contra os escravos, passando até pelas leis administrativas da Baía justificadas no *Regimento* de Tomé de Sousa, pelas leis de Filipe II, ainda que dúbias e acomodáticas, que tentavam definir a custódia e o trato para com os índios, pelo *Regimento e Lei sobre as Missões do Estado do Maranhão e Pará e sobre a Liberdade dos Índios*, de Pedro II, pelo *Directório* do Marquês de Pombal,



que, muito atento à administração e comércio do Brasil, bem como ao bem-estar dos seus trabalhadores, inclusive os escravos, criou com este documento as novas bases da civilização ameríndia, e, finalmente, pela declaração que extingue, pelo menos oficialmente, a escravatura no Brasil, a *Lei Áurea* da Princesa Isabel, decretada (apenas) em 1888. A terceira secção desta antologia de leituras recomendadas, a mais extensa, reúne uma série de textos de religiosos e de outras personalidades, desde o século XVI até ao XIX, que passamos a apresentar: o do sacerdote Bartolomé de Las Casas que, na sua *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias* põe em confronto a bondade dos índios com a crueldade dos conquistadores; a *Carta ao Doutor Navarro* do Padre Manuel da Nóbrega, em que retrata pormenorizadamente a sociedade indígena, inclusivamente a sua mais declarada amoralidade, oscilando entre o bem e o mal supremo (como sugere a prática antropofágica); as principais teorias de Francisco de Vitória que invalidam e ilegitimam a guerra justa são também apresentadas, com recurso à obra *Relectio de Indis*, a publicação dos apontamentos das suas aulas (as setentas) feitos pelos seus alunos; Fernão de Oliveira é também abordado na sequência destes argumentos n' *A Arte da Guerra do Mar*, quando objecta a guerra justa invertendo os argumentos da *Summa* de S. Tomás de Aquino, condenando a escravatura, a invasão o comércio de escravos e a utilização de armas de fogo; acresce ainda a perspe-

tiva filosófica de Michel de Montaigne que, no seu ensaio "Des Cannibales", coloca em causa os conceitos de "bom" e "mau", "certo" e "errado" na avaliação dos comportamentos canibais dos índios, tidos como selvagens e incivilizados; o índio como ser corruptível é-nos apresentado por frei Cristóvão de Moura que no *Sermão de Nossa Senhora da Apresentação* destaca os chamados "línguas", índios escolhidos pelos capitães que, tomados como criados, lhes prestavam um perverso e obsessivo sentido de vassalagem, denunciando e perseguindo os seus iguais; menos de vinte anos mais tarde, António Vieira, no seu *Sermão da Primeira Domingo de Quaresma*, discursava já a favor da liberdade dos índios, declarando que o maior pecado praticado no Maranhão era, precisamente, o da escravatura; com a crescente propagação do ideal libertário, o século XVIII foi o século que podemos encarar como o começo de uma maior consciencialização da condição do escravo, em especial, do índio, como expressa o texto de José Bonifácio de Andrade e Silva, *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Brasil*, aqui resumido, destacando os principais métodos de como repensar e reorganização os métodos de civilização dos índios; esta secção termina com a introdução de Ferdinand Denis ao manuscrito seiscentista por ele encontrado, em que o escritor coloca em paralelo e problematiza questões relativos ao confronto de duas civilizações opostas. A quarta e última parte da antologia é dedicada



às controvérsias entre Bartolomé de las Casas e Bernardo Vargas Machuca, um soldado e representante do governo do Novo Mundo, que coligiu uma série de documentos que legitimavam a ocupação e as causas dos conquistadores numa obra intitulada *Apologias y Discursos de las Conquistas Occidentales*.

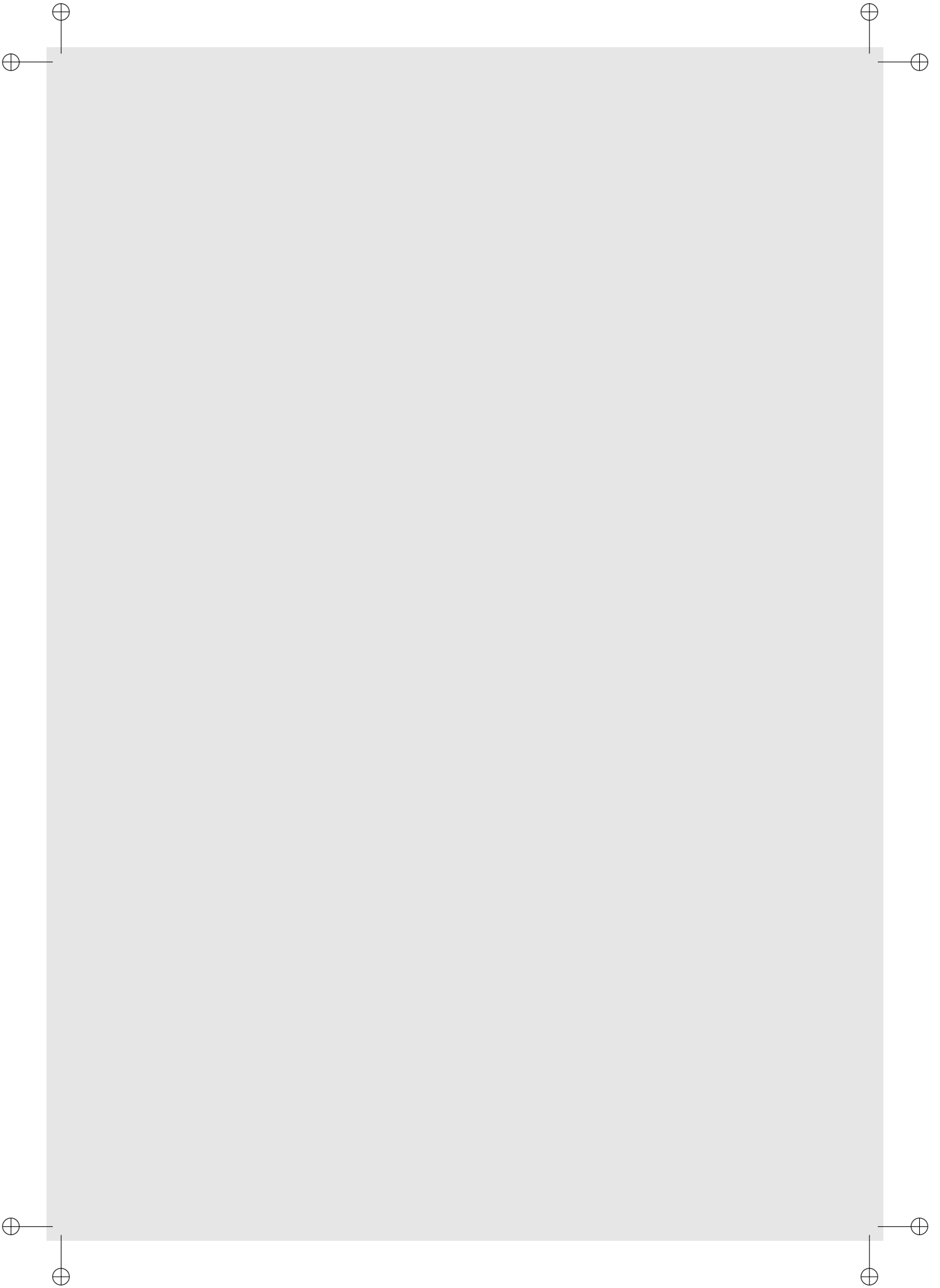
Pela sua completude, pertinência, novidade de abordagem e estratégia de organização cronológica dos factos relativamente a um momento da história das conquistas que ainda estava por esclarecer, este volume dos CADERNOS de Literatura de Viagens revela-se um

instrumento fundamental não só para compreender as questões fulcrais concernentes ao processo de conquista no Novo Mundo e ao choque de civilizações, mas também para suscitar novos estudos numa temática que ainda não foi abordada na sua verdadeira dimensão, ao problematizar conceitos-chave e a sua evolução jurídica, religiosa, filosófica e social em tempos em que as reorganizações hierárquicas e comerciais começavam a desenhar uma nova conduta de relação com o outro.

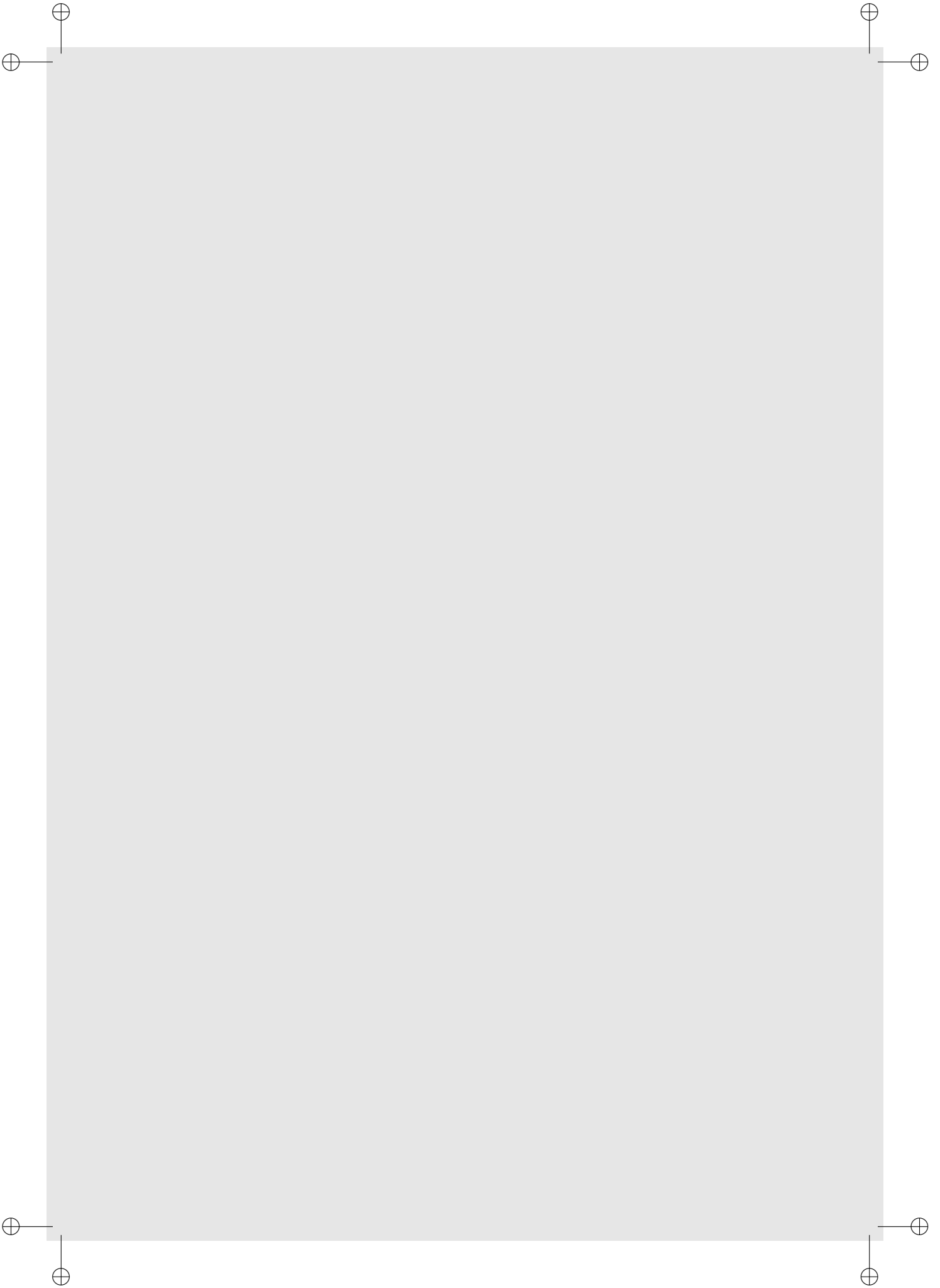
Ana Sofia Santos⁹

⁹ Concluiu Licenciatura em Estudos Portugueses e Mestrado em Estudos Românicos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desenvolvendo no âmbito do segundo uma dissertação intitulada *Luiz Pacheco: um projecto moderno crítico-ficcional*. Membro do CLEPUL, colabora no projeto de Literatura de Viagens e da Cultura Negativa em Portugal. Publicou artigos referentes a estes projetos e concernentes às suas áreas de interesse, com especial incidência para o contexto em que se movimentou Luiz Pacheco, nomeadamente as ligações ao Surrealismo em Portugal.





Parte V
POESIA



O ESPLENDOR DA AUSTERIDADE

Medina de Gouveia

Do olimpo dos Céus
Do luxo dos anjos
Da habitação celeste
Desceu Deus
Para revestir-se
Da humana austeridade

Numa gruta
Num estábulo
Em qualquer casa frágil
De qualquer homem ou mulher
Nasce Deus

Deus quis estremecer
Brotar como humano
Para enlevar e elevar
Para viver e transcender

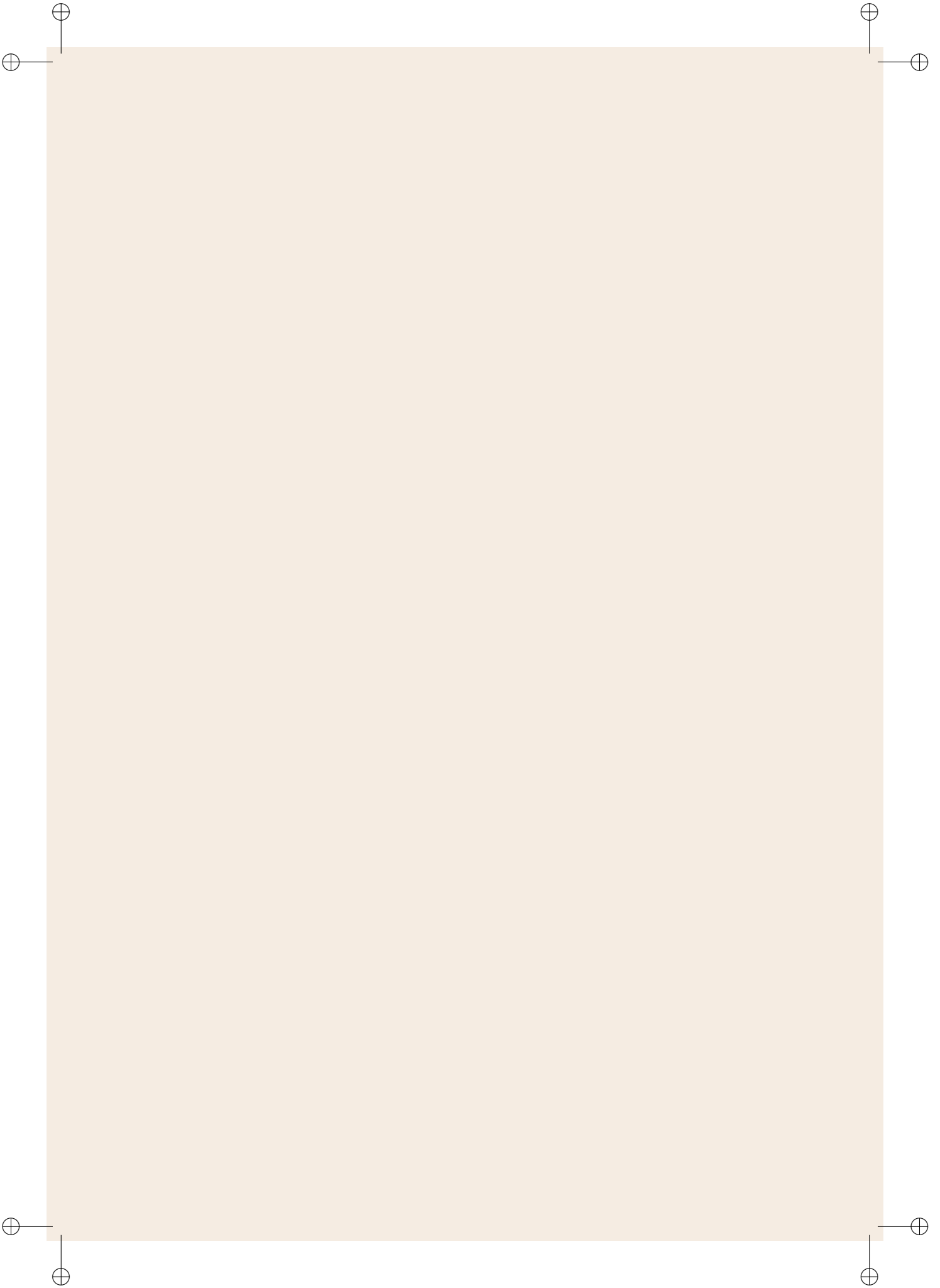
Uma experiência de dor e prazer
Que até Deus precisa
Para compreender o barro
Com que fez as Suas criaturas
Susceptíveis tanto à tempestade
Como até à mais leve brisa!

Deus mesmo precisa
– Pasmese! –
De Austeridade

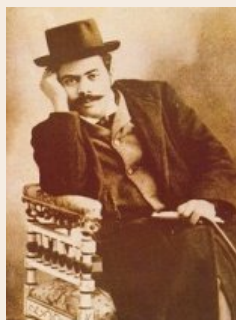
Para fazer os horizontes de luz possíveis
E divinizar a humanidade!

Natal de 2011

Parte VI
EFEMÉRIDES



100 Anos sobre o nascimento de Manuel Laranjeira



(Vergada, Mozelos, Vila da Feira, 17 de agosto de 1877 – Espinho, 22 de fevereiro de 1912). Manuel Laranjeira é um dos mais interessantes casos autorais que o *fin-de-siècle* português conheceu. Não só pelo ecletismo estético dos seus textos e pela variedade dos temas e géneros literários que produziu mas mais pelo modo como conjugou duas carreiras distintas e aparentemente inconciliáveis: a da Literatura e a da Medicina. Ao contrário de Fialho de Almeida, Laranjeira concluiu, até ao doutoramento, a sua formação em Medicina, tendo-se inscrito na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1899 e terminando, em tempo regular, o curso com uma classificação final de 15 valores. Destacou-se, porém, atraindo as atenções da comunidade médica, quando defendeu a sua tese de doutoramento intitulada *A Doença da Santidade: Ensaio Psicopatológico sobre o Misticismo de Forma Religiosa* (Porto, 1907), cuja classificação de excelência, 19 valores, lhe permitiu desenvolver trabalhos respeitados e conferências científicas. Ficou memorável, por exemplo, a comunicação que apresentou no 2.º Congresso Pedagógico, que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 13 a 16 de Abril de 1909, intitulada “*A Cartilha Maternal e a Fisiologia – Ensaio médico-biológico sobre o valor educativo do método de João de Deus*”. Podemos dizer que foi a partir dos seus trabalhos como neurologista que Laranjeira se permitiu conhecer mais profundamente os condicionamentos neurológicos da mente,

dando continuidade à tendência naturalista contemporânea do interesse científico pelas perturbações e desvios das doenças neurológicas que afetavam os proscritos da sociedade. O seu primeiro trabalho aflora precisamente estas questões: “Nirvana: Interpretação Psicológica de um Dogma”, foi publicado n’*O Porto Médico* (1905-1906), e pode ser lido no volume *Obras de Manuel Laranjeira*, vol. II (org. José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Ed. Asa, 1993). Neste texto, Laranjeira apresenta e resume as principais teorias da sua tese de doutoramento. Indicia já algumas das suas obsessões pessoais, em comum também com alguns dos seus contemporâneos que com ele privaram (António Carneiro, Soares dos Reis e, em especial, Antero), identificando no Nirvana uma espécie de ascensão e transcendentalização do tédio. O *spleen* ou *ennui* (como lhe chamaria mais tarde Pessoa glosando a expressão de Baudelaire) é assim identificado com o Nirvana, um estado psicopatológico de esquecimento e suspensão da consciência, extremamente atrativo para os intelectuais portugueses como Laranjeira que, ao mesmo tempo que o criticavam, sentiam-se atraídos pelas suas potencialidades catárticas e algo revolucionárias pelo estigma de marginalidade que inspirava. Embora tendo encontrado no Nirvana a explicação de um estado patológico de ausência humana, Laranjeira procurou afastar-se de qualquer tipo de interpretação metafísica (dado ainda que esse estado ascético só pode ser alcançado em vida) para aquela que receava ser também uma sua obsessão, atraído pela “terrível verdade” (carta a Miguel de Unamuno) que emana da filosofia budista. Talvez por isso Jaime Cortesão fale em idealismo quando se refere ao seu estado de consciência no *Diário Íntimo*, ele mesmo o ‘nirvana ocidental dos intelectuais’. Esse estado de entorpecimento mental autoinduzido, um dos motivos literários fetiche do fim de século, havia já sido criticado pela geração de 70 e continuaria a sê-lo por Laranjeira, um símbolo da introcosmogonia suicidária portuguesa (tal como havia expressado, em carta, a Unamuno, reproduzida em Miguel de Unamuno, *Por Terras de Portugal e Espanha*, Vega, 2009) como revela este estudo, a sua correspondência e, sobretudo, o seu diário íntimo, páginas onde expressa mais livremente todo o seu pessimismo, tédio, obsessões, desencantamento, insatisfação, desinquietação e, não menos grave, um desfasamento mental e social relativamente a um país que considerava provinciano, fradresco e ignorante. Além do seu *Diário* (mais do que pelos seus versos (reunidos no volume póstumo *Comigo*, de 1923), crítica e ensaios de excelência que deixou por várias publicações – *O Campeão*, *Teatro Português*, *Revista Musical*, *Porto Médico*, *Serões*, *Ilustração Transmontana*, *Jornal de Notícias*, *Voz Pública*, *Norte*, *Pátria* –, ou até pelo Teatro, de que era exímio conhecedor –, tendo escrito, ainda, o prólogo dramático *Amanhã*, juntamente com outras duas peças, *Às Feras* e *Naquele Engano de Alma*) foi pela correspondência (reunida na obra *Cartas*, de 1943) que Laranjeira se imortalizou como uma das mais interessantes personalidades de uma transição estética, ética, social e cultural. Tendo-se correspondido com António Patrício, António Carneiro, Amadeo de Souza-Cardoso, Américo Teixeira e,

de forma mais intensa e significativa, com Miguel de Unamuno – que o imortalizara, numa carta dirigida a Teixeira de Pascoaes, lamentando a morte do “nosso trágico amigo”, como “patriota cósmico”, representante do “Portugal trágico” –, Laranjeira traçou o itinerário de uma mente atormentada, entediada e insatisfeita, através também dos seus interlocutores, que experienciaram o retrato do Portugal de Laranjeira, que foi também o Portugal de Camilo, o instintivo e sentimental, aquele que teve coragem de morrer por amor, tal como Laranjeira morreu pela sua doutrina, nas palavras de Unamuno. Depois dos estudos de Bernard Martocq, é já largamente defensável a tese de que Laranjeira ter-se-ia suicidado (a 22 de fevereiro de 1912, pelas 23H00 na praia de Espinho) independentemente de a doença (tuberculose ou sífilis nervosa) o ter condicionado e manietado desde 1904, como apontam algumas das suas cartas (como uma de 5 de março a Luiz Pinto Ribeiro). Isto porque

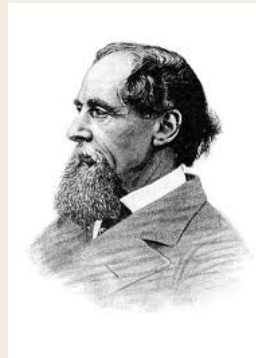
Não foi por acaso que Laranjeira encarou, muito cedo, já antes de 1903, e para a recusar, a hipótese do suicídio. Mais do que a crise espiritual do seu tempo, mais do que em todas as filosofias aqui ou ali visíveis, mais até do que no marasmo que caracteriza a agonia da monarquia portuguesa ou da abulia da sociedade em que Laranjeira viveu, é necessário (...) ver no próprio Laranjeira as razões que conduzirão a disparar uma bala na cabeça após ter deixado os seus negócios em ordem e se despedir dos amigos. Este gesto não surge de um dilaceramento súbito. É o último acto de uma longa tragédia vivida em silêncio, angústia e dor. Esmagado já pela revelação e a experiência de uma doença cujo desfecho ele não podia ignorar.¹⁰

Só muito recentemente é que a obra de Laranjeira começou a ser reabilitada academicamente. São poucos os estudos que procuram escarpelizar a dimensão estética e ética da sua obra, bem como da sua personalidade. À parte de Antero e Camilo, Laranjeiro não foi, e não é, apenas um proscrito social mas também um proscrito literário, confirmando o, ainda, a sua consciência de sempre:

“Eu gastei a mocidade, a saúde, metade da vida a aprender. E aprendi o que ninguém, ou quase ninguém na minha idade conseguiu aprender neste país de ignorantes e de frades” (carta a Amadeu de Sousa Cardoso, 14 de junho de 1907).

Obras: *Comigo. Versos dum Solitário* (1912), *Cartas*, com prefácio de Unamuno (1943), *O Pessimismo Nacional* (1955), *Diário Íntimo* (1952), *Prosas Perdidas* (1958).

¹⁰ Bernard Martocq, “O Suicídio de Manuel Laranjeira”, *Prelo*, n.º 15, Abril-Junho, 1987, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 60-61.

200 Anos do nascimento de Charles Dickens

(7 de Fevereiro de 1812 – 9 de Junho de 1870). Dickens ficou para a história da literatura mundial pelo talento crítico-literário e jornalístico que imprimia às situações e personagens romanescas e pela peculiaridade sensitiva com que perscrutou os problemas e dinâmicas sociais da era vitoriana. Acresce ainda a sua idiosincrasia estética que divide os críticos quanto à corrente que perfilou, compondo obras que não se veiculam a um tipo de realismo ainda embrionário mas cuja escrita, dotada de uma carga poderosamente crítica e gráfica nos pormenores decadentes de uma sociedade amplamente industrializada, perfila já um cânone que, embora vanguardista, reúne as principais características do romance realista. Poder-se-á dizer que Dickens, ao contrário dos raros autores ingleses contemporâneos que granjeavam de uma admiração e reconhecimento públicos mais alargados, conquistou uma particular proximidade com os temas que abordava nas suas obras especialmente devido à sua vivência e a alguns acontecimentos dramáticos que lhe permitiram autogerar-se em matéria prima ficcional. Embora tivesse crescido numa família da baixa burguesia, Dickens desfrutou senão de uma educação completa e luxuosa, pelo menos a uma formação abrangente e livre, mais dedicada à literatura e à leitura dos clássicos, tendo acesso irrestrito à biblioteca privada do pai. Porém, os desregramentos financeiros do pai, alimentando uma respeitabilidade já geracionalmente precária, deram origem a mudanças psicologicamente irreversíveis no jovem, que viu alterada toda a sua estrutura familiar, inclusive os seus alicerces culturais, quando a biblioteca privada teve de ser vendida. Com o pai detido por dívidas, não restou outra alternativa à mãe de Dickens senão colocá-lo a trabalhar numa fábrica, obrigando-o a desistir dos estudos

aos 15 anos de idade. Nessa fábrica, Dickens contactou com a realidade precária do trabalho e, em especial, com a exploração infantil. Esta fase da sua vida foi fulcral para os futuros trabalhos que desenvolveria, na medida em que a consciência do trabalho precário numa fábrica industrial com condições extremamente difíceis dotaram a sua experiência e conhecimento de uma nova sensibilidade, até estética, na abordagem dos problemas relacionados com a emergência de uma sociedade imoralmente estratificada durante o processo de desenvolvimento e evolução financeiros. Depois do seu trabalho na fábrica, seria impossível regressar novamente à escola. Foi nesse momento, com 15 anos, que foi trabalhar para um escritório de advogados, aprendendo estenografia e contactando diretamente com as realidades judiciais, que mais tarde exploraria nos seus textos. Foi aí também que começou a desenvolver o seu gosto pelo estilo jornalístico, nas anotações e pequenas reportagens que fazia para o tribunal. Começou a publicar, parcialmente, pequenos textos em jornais e revistas, nomeadamente no *Monthly Magazine*, a sua primeira experiência editorial (dezembro de 1833), seguindo-se o *Evening Chronicle*, uma série de ensaios e contos que, mais tarde reunidos, em 1836, viriam a constituir a sua primeira obra, *Sketches by Boz*. Seguiu-se *The Posthumous Papers of the Pickwick Club* (1837), um extraordinário sucesso editorial que viria a marcar a história da literatura inglesa pela sua heterodoxia genológica e originalidade temática, fazendo de um conjunto de crónicas jornalísticas uma peça parcialmente ficcional. Além da *verve* jornalística e da criatividade no desenho dos tipos sociais, moralmente dúbios mas humanamente inventivos, Os *Pickwick Papers* reuniram, primeiramente, os esboços temáticos que Dickens viria a espalhar mais tarde na sua ficção. Foi, de facto, no jornalismo que Dickens começou a construir a sua mundividência, desenvolvendo um sentido crítico-satírico apurado e humorístico de pertinente e inalterável coerência, mesmo nas suas últimas novelas e romances, consideradas mais negras, com um desenlace esperançoso mais velado. Contribuiu, igualmente, para a sua veia picaresca que começou a manifestar-se desde os seus primeiros escritos, ainda diretamente inspirados nas suas leituras de eleição quando jovem, como *Don Quixote*, e em autores como Tobias Smollett e Henry Fielding, cujos traços particulares podemos encontrar numa certa errância das personagens de *Oliver Twist* (1837-1839) – a primeira obra do autor publicada como um todo, sem seguir a fórmula da serialização como as suas antigas produções –, *Nicholas Nickleby* (1838-1839) ou *David Copperfield* (1850) a mais aclamada de suas obras e a declaradamente favorita do seu autor. Porém, foram as suas aventuras editoriais, também enquanto impulsionador do jornal *Household Words* (1850-1859) (um tributo a Shakespeare) e *All the Year Round* (1859-1888) que o fizeram despertar, à boa maneira do seu tempo, para os benefícios comerciais da cultura em série¹¹. Ainda

¹¹ O ritmo extenuante das publicações obrigou-o a tirar umas férias de cinco meses, passados a viajar pelos Estados Unidos da América, onde foi recebido e aclamado como uma celebridade literária mas despreocupando-se com o alcance que certas opiniões suas teriam no mundo

que a legitimidade ou ilegitimidade artística de tal conduta divida a opinião dos críticos, uns defendendo esta iniciativa como veiculada a objetivos nobres de educação popular, outros contra-argumentando com o prejuízo da qualidade literária de algumas das suas obras, o facto é que o seu envolvimento com o jornalismo continua a despertar ainda muita controvérsia no meio dos académicos, especialmente no que concerne à edição de alguns textos, dizem-se, excessivamente melodramáticos. No entanto, e apesar do sucesso das suas incursões pelo jornalismo, *Oliver Twist* abriu um caminho sem precedentes para os benefícios da edição completa, afastando-se, assim, definitivamente da fórmula editorial dos *Pickwick Papers*. O sucesso de *Oliver Twist*, inclusivamente no teatro (importante incentivo para Dickens, um ator amador que preenchia o seu amor pela arte dramática com sessões públicas de leitura entusiasmada e, diz-se, quase histriónica, das suas obras), encorajou-o a concentrar-se na elaboração sólida de tipos humanos e sociais intemporais, como é o caso da pequena Nell de *The Old Curiosity Shop*, em que, pela primeira vez, à parte de George Sand, foi dada atenção à complexidade da psicologia infantil, ou em *A Tale of Two Cities*, em que o esclarecido e sensível *incipit*, “It was the best of times, it was the worst of times”, advinha já a caracterização de uma analepse histórica da Revolução Francesa servida pelo presente de cultura da violência social da época vitoriana. Essa violência não deixa, contudo, de se manifestar e exercer um magnetismo tipicamente trágico até mesmo num dos temas que elevou o estatuto de Dickens a representante de um imaginário universalmente experienciado, com as características melodramáticas que uma obra como *A Christmas Carol* desenvolvera já à época e que perduravam ao longo dos anos. Mais do que uma moralização do Natal, os seus contos, especialmente o que dá vida à personagem de Ebenezer Scrooge, apresentam-se como um veículo temático metafórico de certa conceção da vida a partir da ética e moral que o Natal deveria inspirar nas pessoas. Tanto que, hoje em dia, a expressão “filosofia do Natal” é usada por alguns críticos para definir a acutilância crítica com que Dickens expressou a celebração natalícia.

Obras: *Sketches by Boz* (1836-1839); *The Posthumous Papers of the Pickwick Club* (1837); *Oliver Twist* (1837-1839); *Nicholas Nickleby* (1838-1839); *Sketches of Young Gentleman* (1838); *Sketches of Young Couples* (1840); ambas as obras editadas separadamente, antes publicadas nos *Sketches* de 1836-1839; *The Old Curiosity Shop* (1841); *Barnaby Rudge* (1841); *American Notes of General Circulation* (1842); *A Christmas Carol* (1843); *Martin Chuzzlewit* (1844); *Pictures from Italy* (1846); *Dombey and Son* (1848); *The Life of Our Lord* (completado em 1849 e publicado em

editorial. Foi desta viagem que resultaram os *American Notes* (1842) e *Martin Chuzzlewit* (1843-1844), obras que retratam as desilusões de Dickens perante a arbitrariedade editorial e o desrespeito pelos direitos de autor num país em que o autor idealizara ser a “república da sua imaginação”. Londres é a cidade que mais ocupa os seus escritos, apesar das suas conhecidas viagens, inclusivamente a Itália (1844-1845), Suíça e França (1846-1847).

1934); *David Copperfield* (1850); *A Child's History of England* (1852-1854); *Bleak House* (1853); *Hard Times* (1854); *Little Dorrit* (1857); *Reprinted Pieces* (1858), *A Tale of Two Cities* (1859); *Great Expectations* (1861); *The Uncommercial Traveller* (1861); *Our Mutual Friend* (1865); *Christmas Stories* (1868, prefazendo, presumivelmente, um ano após a publicação do último conto de Natal incluído na antologia); *The Mystery of Edwin Drood* (1870, inacabado); *Plays and Poems* (1885), editado por B. W. Matz; *Uncollected Writings from Household Words 1850-1859* (1968), coligido por Harry Stone.

NRP Sagres: 50 anos ao serviço da Marinha



Há 50 anos navegando com a bandeira portuguesa hasteada, aos serviços da Marinha Portuguesa e de Portugal, a história do navio-escola Sagres começa anos antes, em 1937, aquando da sua construção nos estaleiros da Blonhm & Voss, em Hamburgo, Alemanha. Enquadrado na categoria de veleiro, com o nome Albert Leo Schlageter, serviu os interesses da marinha alemã. Os seus primeiros anos em serviço não foram fáceis. Sofreu dois acidentes: uma colisão devido a intenso nevoeiro e um embate em uma mina. Este incidente levou a que passasse os seus últimos anos sob bandeira alemã ancorado, sem contudo deixar de cumprir a sua missão de navio-escola.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial é entregue aos Estados Unidos da América, em 1945, juntamente com outro navio da mesma categoria, como despojos de guerra. Sem serventia, é cedido ao Brasil em 1948, sendo rebatizado como Guanabara, em honra da baía onde primeiramente aportou, executando inúmeras viagens de instrução em águas territoriais brasileiras. Em 1960 é abatido, ou seja, deixa de navegar e de efetuar as suas funções.

Em 1962 é comprado ao Brasil por Portugal com o fim de substituir o anterior navio-escola Sagres, em funções entre 1927 e 1962, por se considerar que já não reunia as condições necessárias para assegurar as viagens de instrução dos novos

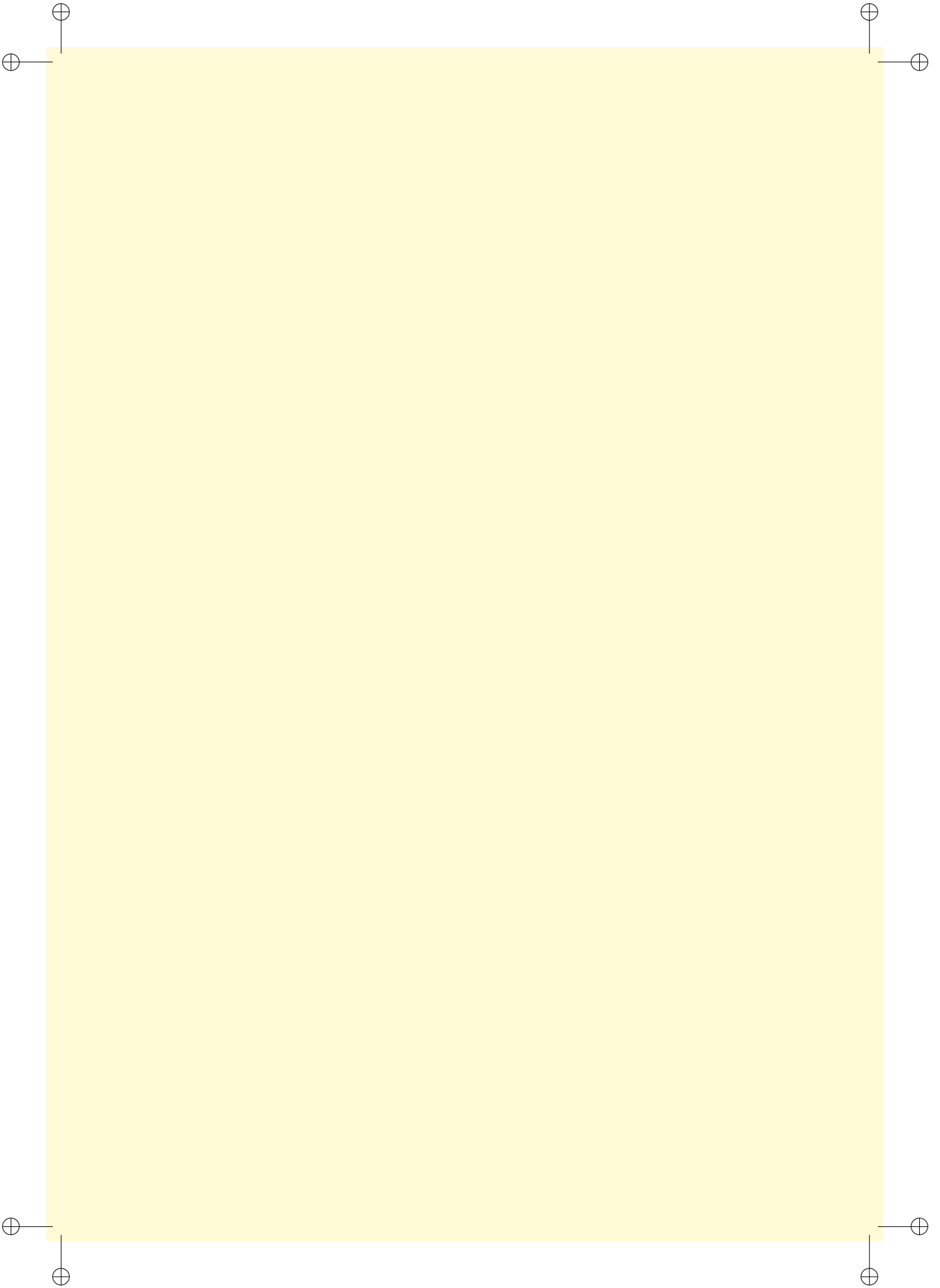
oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa. A antiga Sagres (expressão utilizada no feminino por se tratar de um veleiro armado em barca) passou a servir de navio-depósito, cedendo o seu nome ao novo navio-escola e sendo rebatizada Santo André. Este facto dá origem a que se fale em Sagres I e Sagres II, designação não adotada pela Marinha Portuguesa. É ainda de se notar a referência a uma terceira Sagres mais antiga, uma corveta mista com casco em madeira que teria sido o primeiro navio-escola e que serviu entre 1884 e 1898, dado que faz com que a atual Sagres seja designada, fora da Marinha, por Sagres III.

A primeira viagem da Sagres sob bandeira portuguesa deu-se a 25 de Abril de 1962, entre o Brasil e Portugal. A Sagres é utilizada na representação da Marinha e funciona como embaixada itinerante de Portugal. Uma das principais funções como navio-escola é de instrução náutica dos cadetes da Escola Naval, sendo a mais relevante a de diplomacia naval, quer em tempos de guerra ou de paz, que emprega como uma das formas de concretização o intercâmbio de pessoal entre Estados-Maiores, cadetes em formação e também embarque em navios estrangeiros, fomentando assim o respeito por diferentes culturas e religiões. Pela Sagres já passaram/navegaram oficiais e praças de 18 nacionalidades.

A Sagres já realizou 155 viagens, três delas de circum-navegação (a última em 2010, com duração de 11 meses). Visitou 60 países e ancorou em 166 portos. Navegou 580,540 milhas náuticas, o que é equivalente a 6.267 dias de navegação. Participou na regata Colombo (1922), nas comemorações dos 450 anos da chegada dos Portugueses ao Japão (1993) e também nas celebrações dos 500 anos da descoberta do Brasil (2000).

A Sagres, como já se referiu, é um veleiro armado em barca, com gávea (posto de vigia) e mezena (mastro de popa inclinado) partidos. Aos outros mastros dá-se os nomes grupés (mastro de proa inclinado), traquete e grande. Possui casco em aço. Tem o Infante D. Henrique como figura de proa. O seu brasão de armas é composto pela Cruz de Cristo, pelo ramo de carrasqueira (símbolo pessoal do Infante D. Henrique), e pelo astrolábio, inscritos num fundo azul que representa o oceano. A Cruz de Cristo, pintadas nas velas dos mastros principais, é o seu ex-libris.

Parte VII
EVENTOS



Prémio Jorge de Sena 2010 atribuído à obra *Jorge de Sena. “Sinais de Fogo” como romance de formação, da autoria de Jorge Vaz de Carvalho*



O Júri do Prémio Jorge de Sena 2010 – instituído pelo CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) com o patrocínio de mecenas anónimo – reuniu-se no dia 27 de Janeiro de 2012. Composto pelos professores Fernando J. B. Martinho, Maria Isabel Rocheta e Margarida Braga Neves, que presidiu, decidiu por unanimidade atribuir o Prémio Jorge de Sena 2010 à obra *Jorge de Sena. “Sinais de Fogo” como romance de formação*, de Jorge Vaz de Carvalho (Assírio & Alvim, 2010).

O Júri manifestou o seu regozijo pela elevada qualidade dos trabalhos a concurso e optou pela obra que, partindo de um conhecimento íntimo, abrangente e aprofundado do conjunto da produção seniana, lança uma nova luz sobre o romance pós-tumo *Sinais de Fogo* (1979), que situa na tradição do *Bildungsroman* (romance de formação) e do *Künstlerroman* (romance de artista). Trata-se de uma tese universitária solidamente arquitetada que vem acrescentar ao património crítico português uma perspetiva doravante imprescindível para o estudo de uma obra de repercussão universal.

E-book da Associação Portuguesa de Tradutores disponível para consulta

A fim de esclarecer questões que foram colocadas, a APT anuncia a criação de um e-book, disponível online a partir do endereço <http://associacao-portuguesa-de-tradutores.blogspot.com/2012/01/mensagem-da-direcao-da-apt-aos-socios.html#more>, contendo links ativos na maior parte das suas referências, relacionadas com iniciativas, instituições, urls, nomes, etc.

I Curso: Nação e Memória

Organização: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Coordenação: Professores Ernesto Castro Leal, João Cosme, Miguel Monteiro e José Varandas



Data: terças-feiras, de 10 de janeiro a 14 de fevereiro de 2012 (seis sessões)
Hora: entre as 18H00 e as 20H00

www.clepul.eu

Local: Academia Portuguesa de História e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Inscrições: EUR 40 para os alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e EUR 60 para o público em geral.

Os membros das entidades com as quais o Centro de História tem protocolos de colaboração usufruem também do preço para estudantes FLUL.

2.º ciclo de conferências *Patrimónios de Influência Portuguesa*

Organização e Promoção: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Data: 10 de janeiro a 23 de fevereiro de 2012

Local: Universidade de Coimbra

Integrada neste ciclo de conferências o Comité Português do Projeto UNESCO “A Rota do Escravo” promove a exposição **Os Africanos em Portugal: História e Memória (séculos XV-XXI)** que estará exposta na Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra entre os dias 10 de janeiro e 23 de fevereiro.

Para saber mais aceda a http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4462&id_lingua=1 e a http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4533&id_lingua=1

Concerto de Carnaval da Orquestra Sinfónica da Guarda Nacional Republicana e da solista Ana Telles

Direção: Jean-Sébastien Béreau

Obras interpretadas: *Deux Marches et un Intermède* de Francis Poulenc, *Carnaval de Londres* e *Carnaval d’Aix* de Darius Milhaud, *Divertissement* de Jacques Ibert

Data: 1 de fevereiro de 2012

Hora: 19H00

Local: Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa

Sessão de lançamento do livro *Tomás Pereira. Obras*

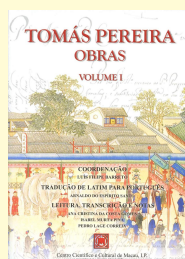
Organização: Centro Científico e Cultural de Macau

Data: 1 de fevereiro de 2012

Hora: 18H30

Local: Auditório do Centro Científico e Cultural de Macau, Rua da Junqueira, n.º 30

Coordenação da obra: Professor Luís Filipe Barreto



Oficina “Lisboa nas narrativas” – Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental

Projeto: Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental

Organização: Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Data: entre 1 e 8 de fevereiro de 2012

Local: Palácio Belmonte e Livraria Fabula Urbis, em Lisboa

Inscrições abertas até 31 de dezembro



Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental

Mais informações, incluindo o programa, e detalhes sobre a organização e inscrições, estão disponíveis em

http://paisagensliterarias.ielt.org/cursos_workshops/Lisboa-nas-narrativas

Mais informações sobre o projecto em

<http://paisagensliterarias.ielt.org/projeto>

Esta oficina, contará com a presença de académicos, escritores e artistas que refletirão, em conjunto com os participantes, sobre o passado, presente e futuro da paisagem de Lisboa, equacionando dimensões geográficas, históricas, antropológicas, arquitetónicas, económicas, ecológicas e artísticas.

Convidam-se estudantes e investigadores de várias áreas do saber, sobretudo aqueles que privilegiam uma prática de fronteira entre disciplinas ou que têm capacidade para conciliar abordagens humanísticas, artísticas e científicas.

Curso “História dos Estuques Decorativos”

Organização: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

Professor: Isabel Mendonça (Doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e docente da Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (ESAD/FRESS))

Data: 7, 9, 14, 16, 23 e 28 de fevereiro de 2012

Hora: das 18H30 às 20H45, com 15 minutos de intervalo

Local: Palácio Fronteira, Largo São Domingos de Benfica, 1, 1500-554 Lisboa.

Preço: até 30 de janeiro de 2012 – 125 euros (“Amigos da Fundação” e Estudantes – 100 euros). Inscrições Limitadas. Depois de 31/01/2012 sobretaxa de 5 euros.

Informações e inscrições: Tel: 217784599 / fcfa-cultura@netcabo.pt / Site: www.frenteira-alorna.pt

Mais informações: Telefone: 21 778 45 99 (Assuntos Culturais)

Fax: 21 778 03 57.

Email: fcfa-cultura@netcabo.pt.

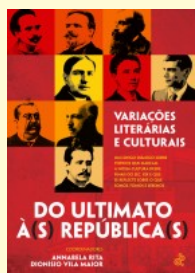
Conferência de Rui Zink sobre *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto

Data: 7 fevereiro de 2012

Hora: 18H30

Local: Casa Fernando Pessoa, Rua Coelho da Rocha, 16, Campo de Ourique, Lisboa

Sessão de lançamento do livro *Do Ultimato à(s) República(s)*



Organização: CLEPUL

Data: 8 de fevereiro de 2012

Hora: 18H30

Local: Fnac, do Centro Comercial Vasco da Gama

“A Ilha do Faial nas Comunicações Transatlânticas dos Finais do Século XIX até Meados do Século XX”

Organização: Sociedade de Geografia de Lisboa

Oradores: Sr.^a D. Yolanda Corsepius e Sr. Eng.^o Francisco Silva

Data: 9 de fevereiro de 2012

Hora: 17h30

Local: Auditório Adriano Moreira, Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 Lisboa

www.clepul.eu

XIX Sessão do Círculo de Cipião “Economia e Cultura à luz dos novos desafios da globalização”

Organização: Círculo de Cipião e Tertúlia Letras Com(n)Vida

Palestrante: Doutor António Tomás Correia (Presidente do Conselho de Administração do Montepio)

Data: 9 de fevereiro de 2012

Hora: 19H00

Local: CLEPUL (FLUL)

Curso Livre CLEPUL “Introdução à Espiritualidade Holística” por Rui Grácio das Neves

Curso Livre CLEPUL

Introdução à Espiritualidade Holística

€40 (preço único)
Inscrições até 10 Fevereiro 2012

Horário: 18h - 20h15m
4.ª Feira
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
[10 sessões]
15/02 - 29/02 - 07/03 - 14/03 - 21/03 - 28/03 - 11/04 - 18/04 - 02/05 - 09/05

Conteúdos Programáticos

1. Introdução: Quatro modelos de tezes fundamentais sobre o Holismo (PMON, P. WEL, L. BOFF, FR. CAPRA).
2. Física Contemporânea e Holismo: Teoria da Realidade, Mecânica Quântica e Teoria M, (FR. CAPRA e O Tao da Física).
3. Ecologia e Holismo: J. LOVELL e a Hipótese de Gaia. Ciência, Evolução e Espiritualidade-TELMARDO Y CHARDIN.
4. Ciências Humanas e Holismo: A hipótese da Lanteira (J. GINSBERG-TILBERSBACH), A Percepção Ontológica (PO) de RUBEN FELDMAN GONZÁLEZ.
5. Teologia e Holismo: Modelos de Deus (SALLIE McFAGUE), Uma Teologia Quântica? (A "Quantum Theology" de SHARVITH O'NEILL).
6. A Espiritualidade Radical: J. KRISHNAMURTI.
7. Práticas de Espiritualidade.
8. Síntese Final.

Formador
Rui Manuel Grácio das Neves
Doutor em Teologia e Filosofia

INSCRIÇÕES ABERTAS
217 920 044 | clepul@gmail.com
www.clepul.eu

Organização: CLEPUL

Professor: Rui Grácio das Neves (Doutor em Teologia e Filosofia)

Data: Início a 15 de fevereiro de 2012, decorrendo todas as quartas-feiras em sessões de 2H15 e com a duração de dez sessões, terminando a 9 de Maio.

Hora: 18H00 às 20H15

Local: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Inscrições: Até ao dia 10 de fevereiro de 2012

Preço: custo total e único 40 Euros.

Para mais informações contacte: 217 920 044 ou clepul@gmail.com

Conferência “O Brasil nos Arquivos Secretos do Vaticano”

Palestrante: Professor Doutor Fernando Cristóvão

Data: 23 de fevereiro de 2012

Hora: 15H00

Local: Academia das Ciências de Lisboa

Ucrânia e Portugal: 20 anos de Relações sócio-económico-culturais

The poster features the title 'Ucrânia & Portugal' in large red letters, with '20 Anos de Relações Socio-económico-culturais' below it. It includes two photographs: one of a bronze sculpture of a man on a horse and another of a stone relief. Logos for the organizing institutions (Embaixada da Ucrânia em Portugal, CLEPUL, and CompaRes) are at the top right. The event details are: 'Anfitrião: III da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa', '23 de Janeiro de 2012 | 17h30m'. The program is divided into three parts: '17h30 - Abertura', '18h30 - Debate', and '20h - Encerramento de Celebração'. The '17h30 - Abertura' section lists speakers: 'Representante da Direção da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa', 'Embaxador da Ucrânia em Portugal' (Oleksandr Nykonenko), 'Prof.ª Doutora BEATA CIESZYNSKA, Coordenadora do Grupo de Investigação e do CLEPUL, Presidente da Comissão Científica do CompaRes', 'Professor Doutor JOSÉ AUGUSTO RAMOS, Diretor do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa', and 'Professor Doutor GUEORGUI HRISTOVSKY, Diretor do Centro de Línguas e Culturas Eslavas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa'. The '18h30 - Debate' section lists speakers: 'Professor Doutor ANTONIO VENTURA RIBEIRO, "Portugal - Um dilema em algar e parte da História"', 'Professora Doutora VALENTINA VASSILJENKO, "POLÍTICA CULTURAL: A Cooperação Científica entre Portugal e a Ucrânia e o seu Impacto para a Comunidade Universitária em Portugal"', 'Professor Doutor CARLOS GOMES FERREI, "A Ucrânia e o Futuro"', 'Professor Doutor DENYATY GONCALVES DE FONSECA VIEIRA, "Oportunidades da oferta da Ucrânia da União Europeia"', and 'Professor Doutor HERIHOE BARDHAN BOHANA DEB, "Ucrânia: História para a atual realidade da Ucrânia"'. The '20h - Encerramento de Celebração' section lists: 'Breve atuação do Coro SLAVA da FLUL', 'Breve concerto de Bandura, por Tetiana Yasinaka', and 'Partido de Honra'. Logos of partner institutions (FLUL, CLEPUL, CompaRes, IEL, etc.) are at the bottom right, along with the FCT logo.

Organização: Embaixada da Ucrânia em Portugal, CLEPUL e CompaRes
Abertura: Representante da Direção da Faculdade de Letras da UL; Oleksandr Nykonenko, Embaixador da Ucrânia em Portugal; Beata Cieszynska, CLEPUL, CompaRes; José Augusto Ramos, Centro de História da UL; Gueorgui Hristovsky, Centro de Línguas e Culturas Eslavas da FLUL

www.clepul.eu

Participantes: António Ventura, Universidade de Lisboa; Valentina Vassilenko, Universidade Nova de Lisboa / ACIDI; Carlos Gaspar, Instituto Português de Relações Internacionais; Renato Gonçalves, Universidade de Lisboa / CompaRes; Heitor Barras Romana, Universidade Técnica de Lisboa; António Ramos dos Santos, Universidade de Lisboa

Data: 23 de fevereiro de 2012

Hora: 17H30

Local: Anfiteatro III da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Encontro Público *A Importância da Lusofonia*

A Plataforma Activa da Sociedade Civil irá promover mais um Encontro Público, desta vez sobre “A Importância da Lusofonia”, assim debatendo, uma vez mais, as grandes questões estratégicas para o Futuro de Portugal. Estamos num momento de viragem. Após décadas de aposta exclusiva na Integração Europeia, Portugal virar-se também para o Espaço Lusófono, compreendendo enfim o potencial, ainda por cumprir, dessa viragem estratégica. Neste Fórum, iremos pois refletir sobre esse Caminho de Convergência com os restantes países e regiões do Espaço Lusófono – no plano cultural, mas também social, económico e político. Caminho que não será apenas benéfico para Portugal, como também para os restantes países e regiões do Espaço Lusófono. Daí, de resto, os dois momentos deste Encontro Público: “a Importância da Lusofonia para Portugal” e “para toda a Comunidade Lusófona”. A finalizar a sessão, será entregue o “Prémio Personalidade Lusófona” ao Professor Adriano Moreira – iniciativa do MIL (Movimento Internacional Lusófono), entidade integrante da PASC e organizadora deste evento.

Organização: PASC

Data: 24 de fevereiro de 2012

Hora: 14H00

Local: Sociedade de Geografia, Lisboa

A III Gala do Prémio Autor 2012

Realiza-se no próximo dia 27 de fevereiro, no Centro Cultural de Belém, numa parceria da SPA com a RTP, que a transmitirá em direto, como já aconteceu nos anos anteriores, para Portugal e para o mundo.

www.lusosofia.net

Colóquio “Tratar, Estudar, Disponibilizar: um futuro para as Bibliotecas Particulares”

Um colóquio destinado a aprofundar o conhecimento sobre livros e manuscritos antigos conservados em Bibliotecas Particulares de Portugal



Organização: Fundação das Casas da Fronteira e Alorna, Centro de História do Banco Espírito Santo, parceira com o Centro de Estudos Clássicos da FLUL, o Centro de História da Cultura da Universidade Nova e a Academia das Ciências

Projeto: Livros de Fronteira PTDC/CCI-CIN/102262/2008

Comissão Científica: Professores Doutores Vanda Anastácio, Aires Nascimento e Artur Anselmo

Data: 1 e 2 de março de 2012

Local: Palácio da Fronteira (Largo São Domingos de Benfica, 1, 1500-554, Lisboa)

Para mais informações: fcfa-cultura@netcabo.pt

**Apresentação da obra *Daniel Serrão – Aqui Diante de Mim*, de
Henrique Manuel S. Pereira**

Organização: Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro e Esfera do Caos

Apresentação: D. António Baltazar Marcelino (Bispo Emérito de Aveiro)

Data: 29 de março de 2012

Hora: 21H00

Local: Centro Universitário Fé e Cultura, de Aveiro



**I^{as} Jornadas Doutorais em Estudos Culturais – Políticas
Públicas da Cultura**

Organização: Universidade de Aveiro / Universidade do Minho

Data: 12 e 13 de abril de 2012

Local: Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro

As I^{as} Jornadas Doutorais em Estudos Culturais – Políticas Públicas da Cultura pretendem contribuir para o enriquecimento e a democratização do debate em torno das Políticas Culturais públicas, tarefas às quais as universidades e seus programas de formação não se podem furtar.

O Programa Doutoral em Estudos Culturais UA/UM, em conformidade com o que tem sido a orientação seguida desde a sua origem – uma perspetiva internacional e multidisciplinar – vem propor estas I^{as}. Jornadas, voltadas para as Políticas Públicas da Cultura, as quais pretendem, precisamente, proporcionar um amplo debate sobre estas e outras questões, tal como se têm vindo a colocar em Portugal e na Europa, mas recolhendo também aportes de espaços não europeus, como é o caso do Brasil, onde

www.lusosofia.net

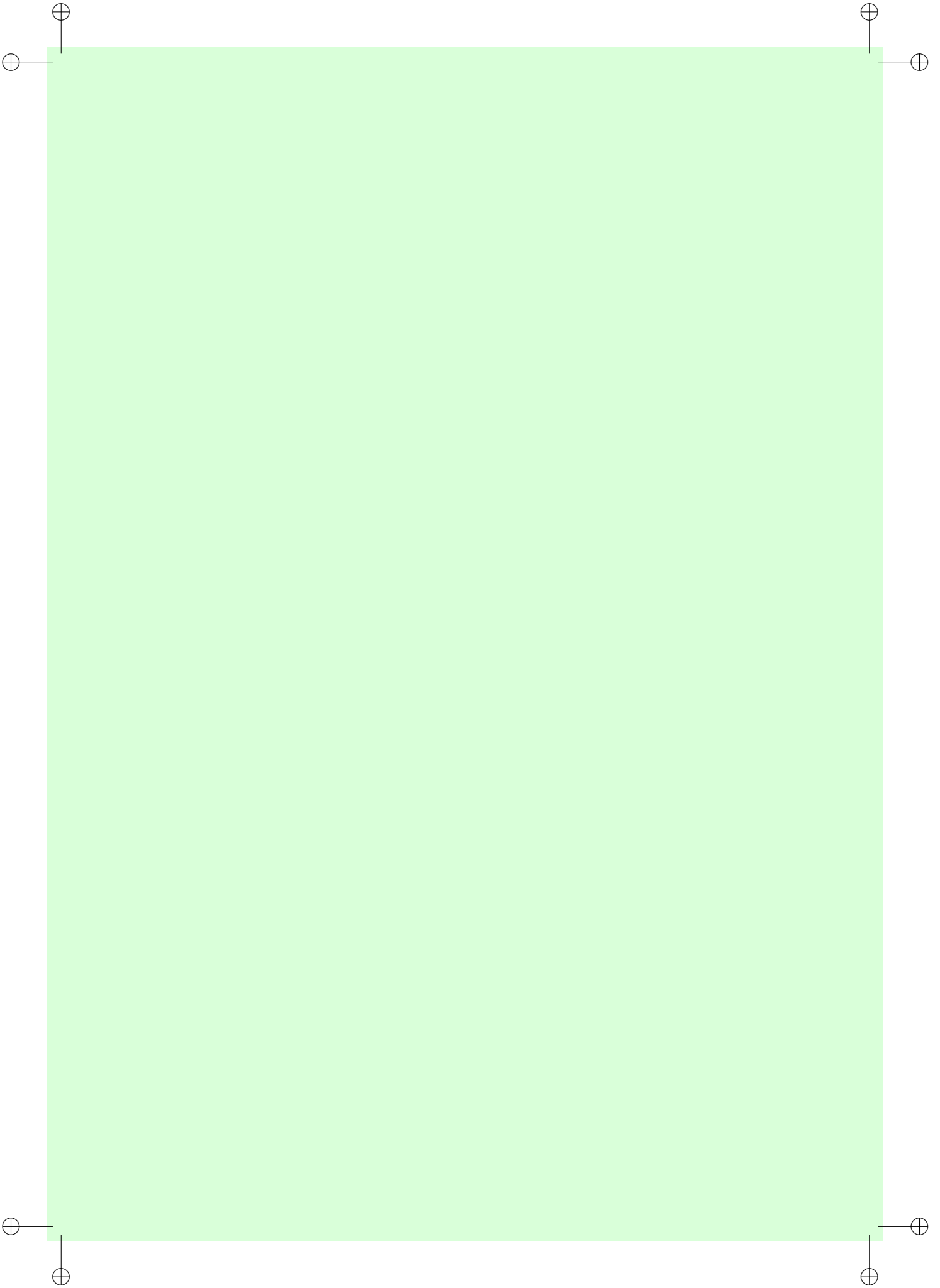
se regista uma forte tradição académica e cívica de discussão das políticas e práticas culturais públicas.

Convidamos, portanto a comunidade científica e académica, mas também agentes culturais e políticos, para além de toda a sociedade civil, a apresentarem uma proposta de comunicação até ao dia 5 de fevereiro de 2012 para o seguinte endereço de correio eletrónico: dlc-cultura-politicaspublicas@ua.pt

A proposta deve conter um título, um resumo do texto (no máximo dois parágrafos) e um CV resumido dos autores.

Para mais informações consultar o site <http://cultura-politicaspublicas.web.ua.pt>

Parte VIII
PUBLICAÇÕES DO CLEPUL



Sinopse de livros editados ou apoiados pelo CLEPUL

Cristóvão, Fernando, *Método: Sugestões para a elaboração de um ensaio ou tese*, 3.^a tiragem, Lisboa, Colibri, 2011 (reedição especialmente concebida para Angola)

ISBN – 972-772-253-9



Foi a preocupação de levar os seus orientandos de Mestrado e Doutoramento a serem capazes de elaborar dissertações que não se perdessem esterilmente a parafrasear os textos, dizendo de novo por outras palavras o mesmo que eles, e a descobrirem algo de novo e de útil para a Comunidade Científica, que levou o Prof. Fernando Cristóvão a elaborar este texto.

É ele o resultado de longos anos de diálogo e experimentação, apresentando uma metodologia prospetiva de objetivos, e simplificada nos seus procedimentos formais.

Cristóvão, Fernando Alves (coord.), *Cadernos de Literatura de Viagens: Subsídios para o Estudo dos Índios das Américas*, n.º 2, Coimbra, Almedina, 2010

ISBN – 978-972-40-4359-3



É objetivo desta coleção CADERNOS facultar aos estudiosos, sobretudo universitários que preparam suas dissertações, sugestões e elementos documentais para desenvolverem e aprofundarem os seus estudos em matérias diversas.

Este CADERNO 2 apresenta algumas ideias e informações documentais no que se refere à colonização dos índios das Américas, por parte de espanhóis e portugueses.

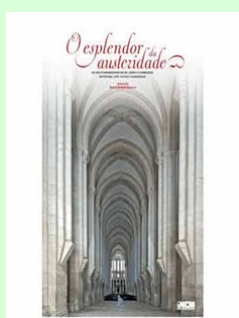
Assim, são apresentados conceitos e documentação sobre “guerra justa”, “direito das gentes”, “legitimidade” ou “ilegitimidade” das conquistas, âmbito das autoridades ou papel das coroas ibéricas, bem como informação sobre as grandes controvérsias teológicas e jurídicas, de Burgos ou Valladolid, e consequentes medidas legislativas.

Do mesmo modo se facultam reflexões e textos sobre a questão dos índios do norte do Brasil, posterior às controvérsias espanholas, e que delas colheu sugestões úteis, sobretudo a partir da Carta Régia de 1570, de D. Sebastião, e leis posteriores.

Reflexões essas integradas num conjunto historiado de considerações sobre o caso da pacificação e dignificação dos índios brasileiros.

Franco, José Eduardo (dir.), *O Esplendor da Austeridade: mil anos de empreendedorismo e congregações em Portugal: arte, cultura e solidariedade*, Lisboa, Imrensa Nacional-Casa da Moeda, 2011

ISBN – 978-972-27-2005-2



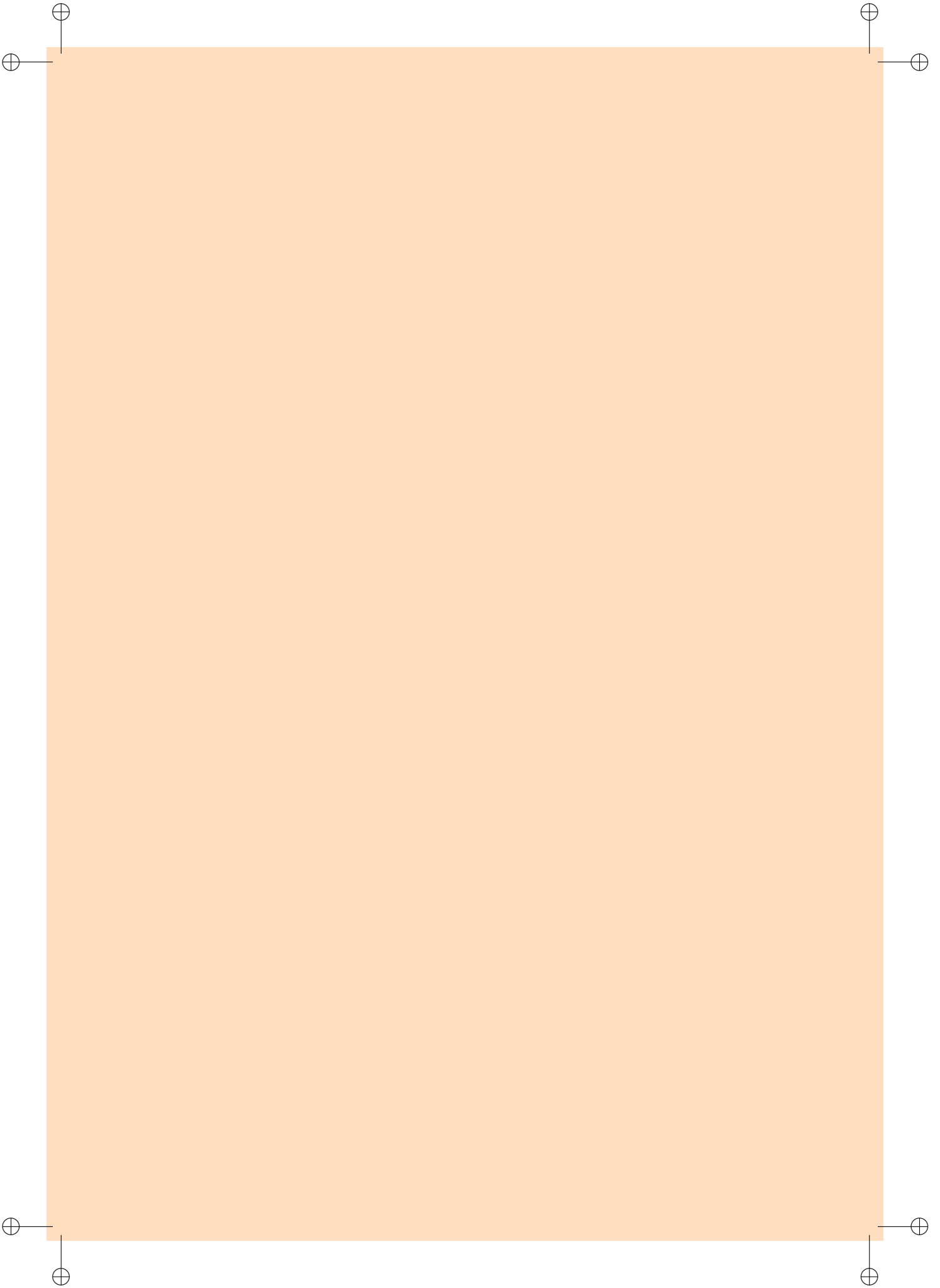
Magnificamente ilustrado, numa edição de grande qualidade, este livro mostra-nos os mosteiros e os conventos das ordens e congregações religiosas que, pedra a pedra, ajudaram a construir a História de Portugal.

Da simplicidade das celas ao esplendor das igrejas, passando pelos claustros onde a alma se recolhe e debruça sobre si mesma, esta obra é um encanto para o espírito e para o olhar.

A vita contemplativa, a que muitos se entregam no interior dos mosteiros, é uma interpelação a que não podemos resistir quando folheamos um livro que alia o grande interesse do conteúdo à beleza das imagens, apresentadas com extremo apuro visual e gráfico.

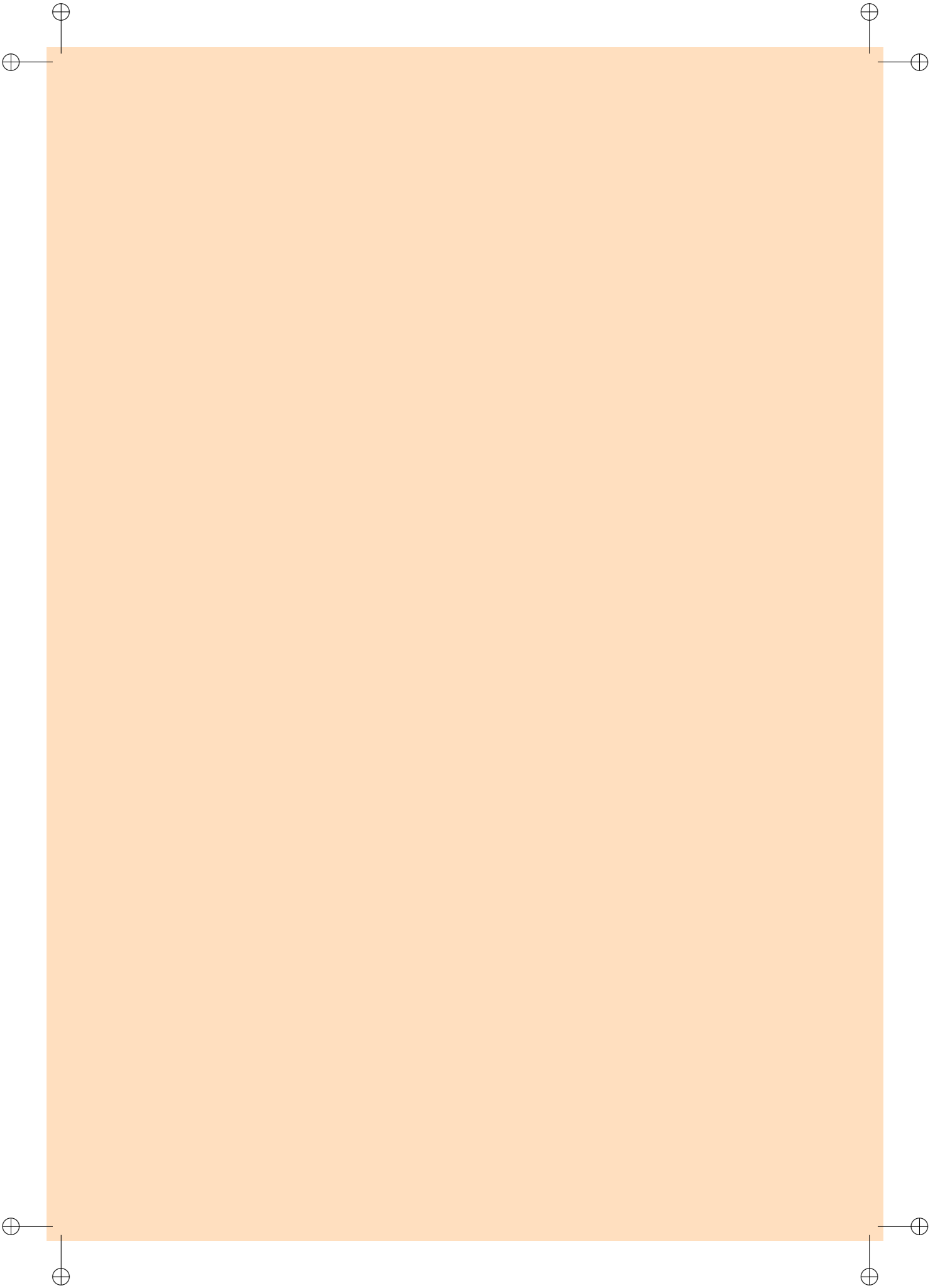
Contemplar o património histórico, cultural e artístico nacional, que a presença das ordens e congregações entre nós tanto enriqueceu, é um dos principais contributos deste autêntico breviário de portugalidade.

Do prefácio do Presidente da República



Parte IX

ARQUIVO DOCUMENTAL



Discurso de Dom Pedro I (3 de maio de 1823)¹²

Discurso que S. M. o Imperador recitou na abertura da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa a 3 de Maio de 1823

Dignos representantes da nação brasileira,

É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia em que ele, pela primeira vez, começa a mostrar ao Mundo, que é Império, e Império livre. Quão grande é Meu prazer, Vendo juntos Representantes de quase todas as Províncias fazerem conhecer umas às outras seus interesses, e sobre eles basearem uma justa e liberal Constituição, que as seja. Deveríamos já ter gozado de uma Representação Nacional: mas a Nação não conhecendo há mais tempo seus verdadeiros interesses, ou conhecendo-os, e não os podendo patentear, vista a força, e predomínio do partido Português, que sabendo muito bem a que ponto de fraqueza, pequenez, e pobreza Portugal já estava reduzido, e ao maior grau a que podia chegar de decadência, nunca quis consentir (sem embargo de proclamar Liberdade, temendo a separação) que os Povos do Brasil gozassem de uma Representação igual aquela, que eles então tinham. Enganaram-se nos seus planos conquistadores, e desse engano nos provem toda a nossa fortuna.

O Brasil, que por espaço de trezentos, e tantos anos sofreu o indigno nome de Colónia, e igualmente todos os males provenientes do sistema destruidor então adoptado, logo que o Senhor D. João VI, Rei de Portugal, e Algarve, Meu Augusto Pai o elevou à categoria de Reino pelo Decreto de 16 de Dezembro de 1815, exultou de prazer; Portugal bramiu de raiva, tremeu de medo. O contentamento, que os Povos deste vasto Continente mostraram nessa ocasião, foi inaudito: mas atrás desta medida política não veio, como devia ter

¹² *Diário da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*, Brasília, Senado Federal, 2003, Tomo I.

vindo, outra, qual era a convocação de uma Assembleia, que organizasse o novo Reino.

O Brasil sempre sincero no seu modo de obrar, e mortificado por haver sofrido o jugo de ferro por tanto tempo antes, e mesmo depois de tal medida, imediatamente, que em Portugal se proclamou a Liberdade, o Brasil gritou Constituição Portuguesa; assentando, que por esta prova, que dava de confiança a seus pseudo Irmãos, seria por eles ajudado a livrar-se dos imensos vermes, que lhe roíam suas entranhas; não esperando nunca ser enganado.

Os Brasileiros que verdadeiramente amavam seu País jamais tiveram a intenção de se sujeitarem a Constituição, em que todos não tivessem parte, e cujas vistas eram de os converter repentinamente de homens livres em vis escravos. Contudo, os obstáculos, que antes de 26 de Abril de 1821 se opunham à Liberdade Brasileira, e que depois continuaram a existir sustentados pela Tropa Europeia, fizeram com que estes Povos, temendo que não pudessem gozar de uma Assembleia sua, fossem pelo amor da Liberdade, arrastados a seguir as infames Cortes de Portugal, para ver se, fazendo tais sacrifícios, poderiam deixar de ser insultados pelo seu partido demagógico, que predominava nesse Hemisfério.

Nada disto valeu: fomos maltratados pela Tropa Europeia de tal modo, que eu fui obrigado a fazê-la passar á outra banda do Rio; pu-la em sítio, mandá-la embarcar, e sair barra fora, para salvar a honra do Brasil, e podermos gozar daquela Liberdade, que devíamos e queríamos ter, para a qual debalde trabalharíamos por possuí-la, se entre nós consentíssemos um partido heterogéneo à verdadeira causa.

Ainda bem não estávamos livres destes inimigos quando poucos dias depois aportou outra expedição, que de Lisboa nos era enviada para nos proteger. Eu tomei sobre mim proteger este Império, e não a recebi. Pernambuco fez o mesmo e a Baía, que foi a primeira a aderir a Portugal, em prémio da sua boa fé, e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho que devia seguir, sofre hoje crua guerra dos vândalos, e sua cidade, só por eles ocupada, está a ponto de ser arrasada quando nela se não possam manter.

Eis em summa a Liberdade que Portugal apetecia dar ao Brasil; ela se convertia para nós em escravidão, e faria a nossa ruína total se continuássemos a executar suas ordens, o que aconteceria, a não serem os heróicos esforços, que por meio de representação fizeram primeiro que todos, a Junta do Governo de S. Paulo, depois a Câmara desta Capital, e após destas todas as mais Juntas

de Governos, e Câmaras; implorando a minha ficada. Parece-me que o Brasil seria desgraçado, se eu as não atendesse, como atendi: bem sei, que este era meu dever, ainda que expusesse minha vida; mas como era em defesa deste Império, estava pronto, assim como hoje, e sempre se for preciso.

Mal unira acabado de proferir estas palavras: “Como é para o bem de todos, e felicidade geral da Nação, diga ao Povo que Fico:” recomendando-lhe ao mesmo tempo “União e Tranquilidade.” Comecei imediatamente a tratar de nos pormos em estado de sofrer os ataques de nossos inimigos até aquela época encobertos, depois desmacarados, uns entre nós existentes, outros nas Democráticas Cortes Portuguesas; providenciando por todas as Secretarias, especialmente pela do Império e Negócios Estrangeiros as medidas, que dita a prudência, que eu cale agora, para vos serem participadas pelos diferentes Secretários de Estado em tempo conveniente.

As circunstâncias do Tesouro Público eram as piores, pelo estado a que ficou reduzido, e muito principalmente porque até a quatro ou cinco meses foi somente Provincial. Visto isto, não era possível repartir o dinheiro, para tudo quanto era necessário, por ser pouco, para se pagar a credores, a empregados em efectivo serviço, e para sustentação da minha casa, que despendia uma quarta parte da do Rei, meu Augusto Pai. A dele excedia quatro milhões, e a minha não chegava a um. Apesar da diminuição ser tão considerável, assim mesmo eu não estava a contente, quando via, que a despesa que fazia era muito desproporcionada à receita a que o Tesouro estava reduzido, e por isso me limitei a viver como um simples particular, percebendo tão somente quantia de 110.000\$000 réis para todas as despesas da minha casa, exceptuando a mesada da Imperatriz, minha muito Amada, e prezada esposa, que lhe era dada em consequência de ajustes de casamento.

Não satisfeito com fazer só estas pequenas economias na minha casa, por onde comecei, vigiava sobre todas as repartições, como era minha obrigação, querendo modificar também suas despesas e obstar seus extravios. Sem embargo de tudo, as rendas não chegavam, mas com pequenas mudanças de indivíduos não afectos à causa deste Império, e só ao infame partido português, que continuamente nos estavam atraindo, por outros, que de todo o seu coração amavam o Brasil, uns por nascimento, e princípios outros por estarem intimamente convencidos [de] que a causa era a da razão. Consegui (e com quanta glória o digo) que o Banco, que tinha chegado a ponto de ter quase perdido a fé pública, e estar por momentos a fazer bancarrota, tendo ficado

no dia, em que o Senhor D. João VI saiu a barra duzentos contos em moeda, única quantia para troco de suas notas, restabelecesse seu crédito de tal forma que não passa pela imaginação a indivíduo algum, que ele um dia possa voltar ao triste estado, a que o haviam reduzido: que o Tesouro Público, apesar de suas demasiadas despesas, as quais deviam pertencer a todas as Províncias, e que ele só fazia, tendo ficado desacreditado, e exausto totalmente, adquirisse um crédito tal que já soa na Europa e tanto dinheiro, que a maior parte dos seus Credores, que não eram poucos, nem de pequenas quantias tenham sido satisfeitos, de tal forma que suas casas não tenham padecido: que os empregados públicos estejam em dia, assim como os militares em efectivo serviço: que as mais Províncias, que têm aderido à Causa Santa, não por força, mas por convicção (que eu amo a justa liberdade) tenham sido fornecidas de todos os apetrechos de guerra para sua defesa, grande parte deles comprados, e outros do que existiam nos arsenais. Além disto têm sido socorridas com dinheiro por não chegarem suas rendas para as despesas, que deviam fazer.

Em suma, consegui que a Província rendesse onze para doze milhões sendo o seu rendimento anterior à saída de meu Augusto Pai de seis a sete, quando muito.

Nestas despesas extraordinárias entram também fretes de navios das diferentes Expedições que deste Porto regressaram para o de Lisboa, compras de algumas Embarcações, e concertos de outras, pagamentos a todos os empregados civis, e militares, que em serviço aqui tem vindo, e aos expulsos das Províncias, por paixões particulares, e tumultos, que nelas tem havido.

Grandes foram sem dúvida as despesas. Mas, contudo, ainda se não lançou mão da caixa dos dons gratuitos e sequestros das propriedades dos ausentes por opiniões políticas, da caixa do empréstimo que se contraiu de 400.000\$000 rÉis para compra de vasos de guerra, que se faziam urgentemente necessários para defesa deste Império, o que tudo existe em ser, e da caixa da administração dos diamantes.

Em todas as administrações se faz sumamente precisa uma grande reforma: mas nesta da fazenda, ainda muito mais por ser a principal mola do Estado.

O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente; de gente vai-se completando, conforme o permite a população: e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo. Por duas vezes tenho man-

dado socorros à Província da Baía, um de 210 homem, outro de 735 compondo um Batalhão com o nome de “Batalhão do Imperador” o qual em oito dias foi escolhido, se aprontou, e partiu.

Além disto foram criados um regimento de estrangeiros, e um batalhão de artilharia de libertos, que em breve estarão completos.

No Arsenal do Exército tem se trabalhado com toda actividade, preparando-se tudo quanto tem sido preciso para defesa das diferentes províncias, e todas desde a Paraíba do Norte até Montevideu receberam os socorros, que pediram.

Todos os reparos de Artilharia das Fortalezas desta Corte, estavam totalmente arruinados; hoje acham-se prontos. Imensas obras de que se carecia dentro do mesmo Arsenal, se fizeram.

Pelo que toca a obras militares, repararam-se as muralhas de todas as Fortalezas e fizeram-se algumas totalmente novas. Construíram-se em diferentes pontos os mais apropriados para neles, se obstar a qualquer desembarque, e mesmo em gargantas de serra, a qualquer passagem do inimigo no caso de haver desembarcado (o que não será fácil) entrincheiramentos, fortins, redutos, abatizes, e baterias rasas. Fez-se mais o Quartel da Carioca; prepararam-se todos os mais Quartéis; está quase concluído o da Praça da Aclamação, e em breve se acabará, o que se mandou fazer para Granadeiros.

A Armada constava somente da Fragata Piranga, então chamada União, mal pronta; da Corveta Liberal só em casco; e de algumas muito pequenas, e insignificantes Embarcações. Hoje acha-se composta da Nau D. Pedro I, Fragatas Piranga, Carolina, e Niterói – Corvetas Maria da Glória e Liberal prontas; e de uma Corveta nas Alagoas, que em breve aqui aparecerá com o nome de Massaió; e dos Brigues de guerra Guanari pronta, Cacique, e Caboclo em concerto, – diferentes em Comissões; assim como também várias Escunas.

Espero seis fragatas de 50 peças prontas de gente, e armamento, e de tudo quanto é necessário para combate, para cuja compra já mandei ordem. Parece-me que o custo não excederá muito a trezentos contos de réis, segundo o que me foi participado.

Obras no Arsenal da Marinha fizeram-se as seguintes. Concertaram-se todas as embarcações, que actualmente estão em serviço. Fizeram-se barcas canhoneiras, e muitas mais, que não enumero por pequenas; mas que com tudo somadas montam a grande número e importância.

Pretendo que este ano no mesmo lugar, em que se não fez por espaço de treze, mais do que calafetar, tingar e atamancar embarcações, enterrando

somas considerabilíssimas, de que o Governo podia muito bem dispor com suma utilidade nacional, se ponha a quilha de uma fragata de 40 peças, que a não faltarem os cálculos, que tenho feito, as Ordens que tenho dado, e as medidas, que para isso tenho tomado, espero seja concluída por todo este ano, ou meados do que vem, pondo-lhe o nome de campista.

Quanto a obras públicas muitas se têm feito. Pela polícia reedificou-se o palacete da Praça da Aclamação; privou-se esta extensa Praça de inundações, tornando-se um passeio agradável, havendo-se calçado por todos os lados, além das diferentes travessas que se vão fazendo para mais embelezá-la. Concertou-se a maior parte dos aquedutos da Carioca e Maracanã. Repararam-se imensas pontes, umas de madeira, outras de pedra. E além disto tem-se feito muitas totalmente novas. Também se concertaram grande parte das estradas.

Apesar do exposto, e de muito mais em que não toco, seu cofre, que estava em Abril de 1821 devedor de 60 contos de réis, hoje não só não deve. Mas tem em ser sessenta, e tantos mil cruzados.

Por diferentes repartições fizeram-se as seguintes obras. Aumentou-se muito a Tipografia Nacional. Concertou-se grande parte do passeio público. Reparou-se se a Casa do Museu, enriqueceu-se muito com minerais, e fez-se uma Galeria com excelentes pinturas, umas que se compraram, outras, que havia no Tesouro Público, e outras minhas que lá Mandei colocar.

Tem-se trabalhado com toda a força no cais da Praça do Comércio, de modo que esta quase concluído. As calçadas de todas as ruas da cidade foram feitas de novo, e em breve tempo fez-se esta Casa da Assembleia, e todas as mais que a ela estão juntas, foram prontificadas para este mesmo fim.

Imensas obras se tem empreendido, começado, e acabado, que eu omito, para não fazer o discurso minimamente longo.

Tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível, porém necessitou-se para isto de uma legislação particular. Fez-se o seguinte: comprou-se para engrandecimento da Biblioteca Pública uma grande coleção de livros dos de melhor escolha; aumentou-se o número das Escolas, e algum tanto o ordenado de seus mestres permitindo-se além disto haver um sem número delas particulares. Conhecendo a vantagem do ensino mútuo também fiz abrir uma escola pelo método lancasteriano.

O Seminário de S. Joaquim, que seus fundadores tinham criando para educação da mocidade, achei-o servindo de Hospital da Tropa Europeia, fi-lo abrir

na forma de sua Instituição, e havendo eu concedido à Casa da Misericórdia, e roda dos expostos (de que abaixo falarei) uma lotaria para melhor se puderem manter estabelecimentos de tão grande utilidade, determinei ao mesmo tempo, que uma quota parte desta mesma Lotaria fosse dada ao Seminário de S. Joaquim, para que melhor se pudesse conseguir o útil fim, para que fora destinado por seus honrados fundadores. Acha-se hoje com imensos estudantes.

A primeira vez, que fui à roda dos expostos achei (parece impossível) 7 crianças com 2 amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi, que em 13 anos, tinham entrado perto de 12\$, e apenas tinham vingado 1\$, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente, aonde elas se achavam. Agora com a concessão da Lotaria; edificou-se uma Casa própria para tal estabelecimento, aonde há trinta, e tantos berços, quase tantas amas, quantos expostos; e tudo em muito melhor administração. Todas estas coisas, de que acima acabei de falar, devem merecer-vos suma consideração.

Depois de ter arranjado esta Província, e dado imensas providências para as outras, entendi que devia convocar, e convoquei por Decreto de 16 de Fevereiro do ano próximo passado, um Conselho de Estado composto de Procuradores Gerais, eleitos pelos povos, desejando que eles tivessem quem os representasse junto de mim, e ao mesmo tempo quem me aconselhasse, e me requeresse, o que fosse a bem de cada uma das respectivas províncias. Não foi somente este o fim, e motivo, por que fiz semelhante convocação, o principal foi, para que os brasileiros melhor conhecessem a minha constitucionalidade, quanto eu me lisonjearia governando a contento dos povos, e quanto desejava em meu paternal coração (escondidamente, porque o tempo não permitia, que tais ideias se patenteassem de outro modo) que esta leal, grata, briosa, e heróica Nação fosse representada numa Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, o que graças a Deus, se efectuou em consequência do decreto de 3 de Junho do ano presente, a requerimento dos povos, por meio de suas Câmaras, seus Procuradores Gerais e meus Conselheiros de Estado.

Bem custoso seguramente me tem sido que o Brasil até agora não gozasse de representação nacional. E ver-me eu por força de circunstâncias obrigado a tomar algumas medidas legislativas; elas nunca parecerão, que foram tomadas por ambição de legislar, arrogando um poder, em o qual somente devo ter parte; mas sim, que foram tornadas para salvar o Brasil, visto que a Assembleia, quanto a umas não estava convocada quanto a outras, não estava ainda junta, e residiam então de facto, e de direito, vista a Independência total do

Brasil de Portugal, os três poderes no chefe supremo da Nação, muito mais sendo ele seu defensor perpétuo.

Embora algumas medidas parecessem demasiadamente fortes, como o perigo era iminente, os inimigos que nos rodeavam imensos (e provera a Deus que entre nós ainda não existissem tantos) cumpria serem proporcionadas.

Não me tenho poupado, nem pouparei a trabalho algum, por maior que seja, contanto que dele provenha um ceitel de felicidade para a Nação.

Quando os povos da rica e majestosa província de Minas estavam sofrendo o férreo jugo do seu deslumbrado Governo, que a seu arbítrio dispunha dela, e obrigava seus pacíficos, e mansos habitantes a desobedecerem-me, marchei para lá com os meus criados somente. Convenci o governo, e seus sequazes do crime, que tinham perpetrado, e do erro, em que pareciam querer persistir. Perdoei-lhes, porque o crime era mais em ofensa a mim, do que mesmo à Nação, por estarmos ainda naquele tempo unidos a Portugal.

Quando em S. Paulo surgiu dentre o brioso povo daquela agradável, e encantadora província, um partido de Portugueses, e Brasileiros degenerados, totalmente affectos às Cortes do desgraçado, e encanecido Portugal, parti imediatamente para a Província. Entrei sem receio porque conheço que todo o povo me ama. Dei as providências que me pareceram convenientes, a ponto que a nossa Independência lá foi primeiro, que em parte alguma, proclamada no sempre memorável sítio do Piranga. [sic]

Foi na Pátria do fidelíssimo, e nunca assaz louvado Amador Bueno de Ribeira, aonde pela primeira vez fui aclamado Imperador.

Grande tem sido seguramente o sentimento que enluta minha alma por não poder ir à Baía, como já quis, a não executei, cedendo às representações do meu Conselho de Estado, misturar meu sangue com o daqueles guerreiros, que tão denodadamente tem pelejado pela Pátria.

A todo o custo, até arriscando a vida, se preciso for, desempenharei o título, com que os povos deste vasto e rico continente em 13 de Maio do ano pretérito, me honraram de defensor perpétuo do Brasil. Este título penhorou muito mais meu coração, do que quanta glória alcancei com a espontânea e unânime aclamação de Imperador deste invejado Império.

Graças sejam dadas à Providência, que vemos hoje a nação representada por tão dignos deputados. Oxalá, que a mais tempo pudesse ter sido, mas as circunstâncias anteriores ao Decreto de 3 de Junho não o permitiam. Assim como depois as grandes distâncias, a falta de amor da Pátria em alguns e todos

aqueles incómodos que em longas viagens se sofrem, principalmente num país tão novo e extenso como o Brasil, são quem tem retardado esta apeteçada e necessária junção apesar de todas as recomendações que fiz de brevidade por diferentes vezes.

Afinal raiou o grande dia para este vasto Império, que fará época na sua história. Está junta a Assembleia para constituir a Nação. Que prazer! Que fortuna para todos Nós!

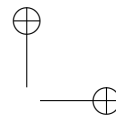
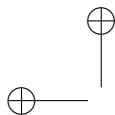
Como Imperador Constitucional, e muito especialmente como defensor perpétuo deste Império, disse ao povo no dia 1.^o de Dezembro do ano próximo passado em que fui coroado e sagrado “Que com a minha espada defenderia a Pátria, a Nação, e a Constituição, se fosse digna do Brasil, e de mim”, ratifico hoje muito solenemente perante vós esta promessa, e espero que me ajudeis a desempenhá-la, fazendo uma Constituição sábia, justa, adequada e executável, ditada pela Razão e não pelo capricho que tenha em vista somente a felicidade geral, que nunca pode ser grande, sem que esta Constituição tenha bases sólidas, bases que a sabedoria dos séculos tenha mostrado, que são as verdadeiras para darem uma justa liberdade aos Povos, e toda a força necessária ao poder executivo. Uma Constituição em que os três poderes sejam bem divididos de forma que não possam arrogar direitos, que lhes não compitam, mas que sejam de tal modo organizados, e harmonizados, que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos, e cada vai mais concorram de mãos dadas para a felicidade geral do Estado. Afinal, uma Constituição que pondo barreiras inacessíveis ao despotismo, quer Real, quer Aristocrático, quer Democrático, afugente a anarquia e plante a árvore daquela liberdade a cuja sombra deve crescer a união, tranquilidade e independência deste Império, que será o assombro do Mundo novo e velho.

Todas as Constituições, que à maneira das de 1791 e 92, têm estabelecido suas bases, e se tem querido organizar, a experiência nos tem mostrado que são totalmente teóricas e metafísicas, e por isso inexecutáveis, assim o prova a França, Espanha, e ultimamente Portugal. Elas não tem feito, como deviam, a felicidade geral; mas sim, depois de uma licenciosa liberdade, ventos, que em uns Países já apareceu, e em outros ainda não tarda a aparecer o despotismo em um, depois de ter sido exercitado por muitos, sendo consequência necessária, ficarem os Povos reduzidos à triste situação de presenciarem, e sofrerem todos os horrores da anarquia.

Longe de nós tão melancólicas recordações; elas enlutariam a alegria e

júbilo de tão fausto dia. Vós não as ignorais, e eu, certo que a firmeza dos verdadeiros princípios constitucionais, que têm sido sancionados pela experiência caracteriza cada um dos deputados que compõem esta Ilustre Assembleia. Espero, que a Constituição que façais mereça a minha Imperial aceitação, seja tão sábia, e tão justa, quanto apropriada à localidade e civilização do povo brasileiro. Igualmente que haja de ser louvada por todas as Nações; que até os nossos inimigos venham a imitar a santidade, e sabedoria de seus princípios, e que por fim a executem.

Uma Assembleia tão ilustrada e tão patriótica olhará só a fazer prosperar o Império e cobri-lo de felicidades. Querirá que seu Imperador seja respeitado, não só pela sua mas pelas mais nações: e que o seu defensor perpétuo, cumpra exactamente a promessa feita no 1.º de Dezembro do ano passado, e ratificada hoje solenissimamente perante a Nação legalmente representada.



**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT –
Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “Projecto
Estratégico – UI 77 – 2011-2012”**

